

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIANO BLASIUS

A RESILIÊNCIA NA FORMAÇÃO DO POLICIAL-MILITAR

CURITIBA

2008

LUCIANO BLASIUŠ

A RESILIÊNCIA NA FORMAÇÃO DO POLICIAL-MILITAR

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, da Linha Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, do Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Araci Asinelli-Luz

CURITIBA

2008

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCIANO BLASIUS

A RESILIÊNCIA NA FORMAÇÃO DO POLICIAL-MILITAR

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, da Linha Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, do Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Araci Asinelli da Luz
Setor de Educação da UFPR

Prof. Dr. Feizi Masrour Milani
Departamento de Medicina da EBMSP-BA

Prof.^a Dr.^a Tânia Stoltz
Setor de Educação da UFPR

Prof. Dr. Antonio Celso Mendes
Departamento de Filosofia da PUC-PR

Curitiba, 04 de abril de 2008

Para Não te Esquecer

*Ontem, vi alguém
que tinha os teus olhos
e voltei a sofrer.
Era como se os tivesse deixado
deste lado
para eu não te esquecer.*

Helena Kolody

A Teresa Ivani Blasius, *in memoriam*, minha Mãe.

Uma inesquecível guerreira e Amiga.

Seu amor, carinho e proteção serão sempre sentidos com o mesmo calor e intensidade que eram quando da sua presença física entre nós.

Obrigado, por tudo!

AGRADECIMENTOS

Dez Poemas Diferentes

...

*Pergunte pro seu coração,
se foi certo o passo que deu,
porque se a gente melhorar,
vence você e eu.*

...

Marrom Brasileiro

A Deus por absolutamente tudo.

À minha Fé que jamais me deixou desistir.

Ao meu pai, Luiz Blasius, pela superação de diversas dificuldades e por me possibilitar a aproximação à minha carreira de policial-militar.

À minha irmã Claudia Blasius, ao meu sobrinho Vilmar Rocha Teixeira Filho, à minha prima Fernanda Kosloski Heinzen, à minha comadre Ângela Pudeulko e à minha afilhada Camila Pudeulko Santos que mesmo silenciosamente torceram por mim.

À minha avó Genoveva Kosloski pelas orações e pelo carinho sempre demonstrados e presentes.

À minha tia Cecília Kosloski Heinzen pelo carinho, atenção, preocupação e torcida pela minha vitória.

Aos meus Amigos próximos pela compreensão da minha ausência em momentos importantes, pela confiança no meu estudo e pelas palavras de incentivo.

Aos Amigos distantes pela torcida, preocupação com a conclusão desta pesquisa e carinho que me ajudaram em momentos importantes.

Ao meu sempre Comandante e Amigo, Cel. PM João Luiz Zilli Porcides, amante da Pedagogia, que de sobremaneira me levou à confirmação do acreditamento na Educação, bem como me possibilitou a conhecer a Prof.^a Dr.^a Araci.

Aos meus Comandantes e Subordinados que propiciaram e entenderam minhas ausências, possibilitando a conquista deste objetivo.

A todos os policiais-militares que através de suas ações e situações vividas me motivaram a esta pesquisa.

Às funcionárias da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR pela atenção e preocupação com o caminho que foi trilhado.

A todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Evolução

*Caem as folhas de repente,
brotam outras pelos ramos,
murcham flores, surgem pomos
e a planta volta à semente.*

*Assim somos. Sutilmente,
diferimos do que fomos.*

*Impossível transmitir,
por secreto e singular
o acrescentar e perder
desse crescer que é mudar.*

Helena Kolody

À Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Quintal Freitas pela demonstração pessoal de excelência acadêmica que contribuiu para eu perceber posturas exemplares relacionadas a questões éticas, profissionais e científicas. Também pela compreensão incomensurável da minha rotina profissional.

À Prof.^a Dr.^a Tânia Stoltz pela paixão demonstrada à obra de Piaget. O convívio com ela transformou medo inicial em admiração eterna. Também pela confiança e a sempre proposição de um artigo científico atrás das nossas “preciosidades escondidas”.

À Prof.^a Dr.^a Helga Loss pela afetividade vivida, transmitida, compartilhada, apresentada. Que as emoções e a afetividade sempre façam parte de sua vida acadêmica.

Às minhas Amigas: Daniele Saheb, Marlene Schussler D’Aroz e Arleandra Cristina Talin do Amaral pelo início de uma Amizade, sem data de término. Pelo socorro pedagógico nas minhas necessidades. Pelas risadas, “fofocas” e momentos de descontração. Pelo prazer de conquistarmos e construirmos juntos.

Aos outros colegas de mestrado pelo compartilhar de experiências e conhecimentos específicos, assim como pela certeza de crescimentos individuais.

A todos meus professores, educadores, coordenadores e instrutores que contribuíram para minha Educação, graduação, especialização e humanização. Para aqueles que foram técnicos. Para aqueles que foram além dos bancos escolares, fizeram e fazem parte da minha vida, não somente numa relação professor-aluno, mas numa relação de Amigos.

Inesquecivelmente:

À Professora Maria da Graça Ramos Vesolowski, do pré-primário;

À Professora Sônia Colleone, da primeira série;

À Professora Zulma Cúrcio Feltrin, da segunda série;

À Professora Alzira Zem Fontana, da terceira série; e

À Professora Lenita Laskoski, da quarta série.

Às quais externalizo toda minha admiração e respeito. Agradeço cada vez que pegaram na minha mão. Cada vez que falaram comigo. A todas as correções feitas. A todas as broncas. A todos os elogios. A toda preocupação. Seus ensinamentos foram essenciais para meu desenvolvimento como ser-humano e com toda a construção da minha vida.

Especialmente à Prof.^a Dr.^a Araci Asinelli da Luz. Minha orientadora, Amiga, Professora, etc. À minha “Dra”. Além da orientação ao trabalho acadêmico a “Dra” orienta para a vida, para o amor ao próximo, para o respeito, para o compartilhar, para o educar, para o confraternizar, para o amar, para o bem-querer, para o compromisso, para a felicidade, ou para a busca dela, enfim, para a resiliência. Helena Kolody ao escrever o poema *Seres Límpidos* com certeza foi iluminada para que com ele eu pudesse homenagear a Prof.^a Araci. Diz o poema: *Amo os seres límpidos: mãe, fonte, cristal, pássaro, criança*. Araci Asinelli da Luz é uma junção dos seres límpidos. Mãe dos seus filhos, alunos, orientandos, Amigos. Fonte de conhecimento, de dedicação, de profissionalismo. Cristal, luz, transparência. Pássaro, liberdade, voos e sonhos altos. Criança eterna. Obrigado!

*“Alistando-me soldado,
na Polícia Militar do Estado,
prometo:
regular minha conduta pelos preceitos da moral;
respeitar os meus superiores hierárquicos;
tratar com afeto os meus companheiros de armas;
e com bondade aos que venham a ser meus subordinados;
cumprir rigorosamente as ordens das autoridades competentes;
e dedicar-me inteiramente ao serviço do Estado e de minha Pátria,
cuja honra,
integridade e instituições,
defenderei com o sacrifício da própria vida.”*

Juramento à Bandeira Nacional prestado pelo Soldado da Polícia Militar do Paraná

Artigo 49 da Lei 1.943, 23 de junho de 1954, Código da Polícia Militar do Paraná

BLASIUS, Luciano. **A resiliência na formação do policial-militar**. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

RESUMO

O foco desta dissertação de mestrado é a formação do policial-militar (PM) na Polícia Militar do Paraná (PMPR). A questão norteadora da pesquisa, de cunho qualitativo, é investigar se o currículo do Curso de Formação de Soldados (CFSd) da PMPR contempla, além da formação técnica, a formação e a vivência de valores necessários ao desenvolvimento da resiliência. A capacidade que algumas pessoas e comunidades têm para vivenciar situações adversas e saírem reconfiguradas e fortalecidas delas, hoje conhecida como resiliência, evidenciada durante a formação policial-militar, é verificada como uma capacidade e um fator de proteção para que os futuros profissionais de segurança pública possam enfrentar as dificuldades e os inúmeros fatores de risco que o dia-a-dia da atividade lhes apresentará. Numa visão atual, dentro da filosofia de polícia comunitária, a polícia militar deve estar cada vez mais próxima da sociedade que atende e para isso a formação do PM é fator preponderante para que essa relação possa melhorar cotidianamente. Não só a formação, mas também os conhecimentos técnicos, valores, informações e orientações repassadas pelos instrutores são fundamentais para evidenciar e propiciar uma formação através de conhecimentos que tenham significado para a atuação profissional dos PMs. Assim, temos como objetivo da pesquisa enfatizar, de forma preventiva, a resiliência como fator de proteção na formação do soldado da PMPR. Para atingir esse objetivo, o currículo do CFSd da PMPR, utilizado em 2006, foi analisado, bem como foram entrevistados, por meio de um questionário semi-estruturado, dez instrutores do curso, selecionados por sorteio. Dois tipos de dados foram utilizados na análise: os planos de matérias, das disciplinas curriculares, e os dados apresentados pelos instrutores nos questionários semi-estruturados e auto-administrados. Como principais resultados, do processo de análise exploratória, destacamos a ênfase na formação técnica do PM, embora algumas disciplinas (minorias) evidenciem uma preocupação com a formação direcionada para o desenvolvimento moral. Salientamos também a preocupação com a formação do profissional de segurança pública autônomo, capaz de tomar decisões adequadas e imediatas no desempenho de sua atividade profissional. Embora o termo resiliência não seja de domínio vocabular dos sujeitos, esses demonstraram saber identificar ocorrências em que agiram de forma a evidenciá-la na prática. A pesquisa permitiu validar as hipóteses levantadas: do currículo estar estruturado enfatizando a formação técnica em detrimento à formação moral, bem como deste, aliado à formação moral própria do soldado, propiciar o desenvolvimento da resiliência às transgressões às normas profissionais e sociais.

Palavras-chave: Resiliência. Fatores de risco. Fatores de proteção. Formação. Policial-militar. Polícia Militar. Currículo.

BLASIUS, Luciano. **Resilience in the training for military police.** 149 f. Thesis (Master's Degree in Education) – Faculty of Education, Federal University of Paraná, Curitiba, 2008.

ABSTRACT

This master's degree dissertation is focused on the vocational training of the military officer in the Military Police of Paraná. The leading question of this qualifying research is to check if the Military Police Training Course curriculum covers the formation of the necessary values to the resilience development, besides the technical formation. The capacity some people and communities have to go through adverse situations and overcome them strengthened, known nowadays as resilience, evidenced during the military police training is checked as a protection factor for the future public safety professionals to face the difficulties and several risk factors the day-by-day activities will present them. In a current view within the communitarian police philosophy, the military police must be closer and closer to the attended society, so that the police training is a fundamental factor for improving this relation every day. Not only the training, but also the technical knowledge, values, information and orientation extended by the instructors are fundamental to evidence and provide a formation through the meaningful knowledge for the professional performance of the military policemen. This way the aim of this research is to emphasize in a preventive way, the resilience as a protection factor in the military soldiers formation. In order to reach this aim, the curriculum of the Soldiers Training Course, the one used in 2006, was analyzed, ten course instructors were interviewed by means of a semi-structured questionnaire. Two kinds of data were analyzed: the subjects' plans of curricular disciplines and the data presented by the instructors on the semi-structured and self-managed questionnaire. As main results of the exploratory analysis process, the emphasis on the military policemen technical formation stands out, although few disciplines prove to be concerned about moral development formation. We also emphasize the worry about an autonomous public security professional, able to take proper and immediate decisions on the professional activity performance. Although the term "resilience" is known by the interviewed group, they prove to be able to identify occurrences where they acted in a way to identify it practically. The research confirmed the hypothesis: the curriculum emphasizes the technical formation in relation to the moral formation, connected to the moral formation of the own soldiers, to provide resilience development to the transgressions, to the social and professional policies.

Key-words: Resilience. Risk factors. Protection factors. Training. Military police officer. Military Police. Curriculum.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	- DISCIPLINAS DO CURRÍCULO DO CFSd ANALISADAS ATRAVÉS DOS PLAMAS.....	57
QUADRO 2	- REFERENTE À PERGUNTA 01 DO QUESTIONÁRIO	61
QUADRO 3	- REFERENTE À PERGUNTA 02 DO QUESTIONÁRIO	62
QUADRO 4	- REFERENTE À PERGUNTA 03 DO QUESTIONÁRIO	64
QUADRO 5	- REFERENTE À PERGUNTA 04 DO QUESTIONÁRIO	65
QUADRO 6	- REFERENTE À PERGUNTA 05 DO QUESTIONÁRIO	67
QUADRO 7	- REFERENTE À PERGUNTA 06 DO QUESTIONÁRIO	68
QUADRO 8	- REFERENTE À PERGUNTA 07 DO QUESTIONÁRIO	69
QUADRO 9	- REFERENTE À PERGUNTA 08 DO QUESTIONÁRIO	70
QUADRO 10	- REFERENTE À PERGUNTA 09 DO QUESTIONÁRIO	72
QUADRO 11	- REFERENTE À PERGUNTA 10 DO QUESTIONÁRIO	73
QUADRO 12	- REFERENTE À PERGUNTA 11 DO QUESTIONÁRIO	75
QUADRO 13	- REFERENTE À PERGUNTA 12 DO QUESTIONÁRIO	76
QUADRO 14	- COMPARATIVO DAS RESPOSTAS REFERENTES ÀS PERGUNTAS 11 E12	78

LISTA DE SIGLAS

APMG	- Academia Policial-Militar do Guatupê
BG	- Boletim Geral
BM	- Bombeiro-militar
CFAP	- Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFO	- Curso de Formação de Oficiais
CFSd	- Curso de Formação de Soldados
DE	- Diretoria de Ensino
FFAA	- Forças Armadas
PLAMA	- Plano de matéria
PM	- Policial-militar
PMPR	- Polícia Militar do Paraná
PROERD	- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
QOPM	- Quadro de Oficiais Policiais-militares
QEOPM	- Quadro Especial de Oficiais Policiais-Militares
SENASP	- Secretaria Nacional de Segurança Pública
TCLE	- Termo de consentimento livre e esclarecido
UFPR	- Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 DELINEANDO O CAMPO E O OBJETO DE INVESTIGAÇÃO	15
1.1 A TRAJETÓRIA DO AUTOR NA POLÍCIA MILITAR E AS MOTIVAÇÕES DESTA PESQUISA	15
1.2 APRESENTAÇÃO	18
1.3 PROBLEMATIZAÇÃO	20
1.4 QUESTÃO NORTEADORA	21
1.5 HIPÓTESES	22
1.6 OBJETIVOS	22
1.6.1 Objetivo geral	22
1.6.2 Objetivos específicos	22
1.7 JUSTIFICATIVA	23
1.8 A POLÍCIA MILITAR COMO CAMPO DE PESQUISA	27
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ	30
2.1 A INSTITUIÇÃO POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ	30
2.2 QUEM É O POLICIAL-MILITAR	32
2.3 A INCORPORAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ	34
2.4 FORMAÇÃO DO SOLDADO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ	35
2.5 O CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ	37
3 RESILIÊNCIA	45
4 METODOLOGIA	51
4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	51
4.2 VALIDAÇÃO	52
4.3 SELEÇÃO DOS SUJEITOS	53
4.4 PESQUISA DE CAMPO	53
4.4.1 Análise documental	53
4.4.2 Questionário semi-estruturado	54
4.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	55
4.5.1 Tratamento e análise do currículo	55
4.5.2 Tratamento e análise dos questionários.....	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	88
DOCUMENTOS CONSULTADOS	92
APÊNDICES	94
ANEXOS	100

1 DELINEANDO O CAMPO E O OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

1.1 A TRAJETÓRIA DO AUTOR NA POLÍCIA MILITAR E AS MOTIVAÇÕES DESTA PESQUISA

Consideramos importante apresentarmos, inicialmente, nossa trajetória como PM, bem como as motivações que nos levaram a esta pesquisa. O caminho trilhado é, com certeza, mais importante do que o objetivo atingido. Temos também a convicção que este não é o ponto final, apenas uma das muitas paradas que temos. Paulo Freire auxilia nesta reflexão:

[...] é esta percepção do homem e da mulher como seres “programados para aprender” e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir, que me fez entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos. (FREIRE, 1996, p. 18)

Pensando assim, sempre percebemos a Educação como a única forma de melhorar: primeiro, a qualidade de vida do policial-militar (PM); segundo, a imagem da Polícia Militar do Paraná (PMPR). Desde nossa incorporação nas fileiras da PMPR, em março de 1992, começamos a ver que nossa instituição passa por mudanças e adaptações, que seguem o dia-a-dia da nossa sociedade.

Tais mudanças têm sempre como foco central a imagem da instituição PMPR frente à sociedade, mormente com a conotação do resgate, vez que nossa atividade está pautada no poder de polícia que o Estado nos confere. Poder esse que, geralmente, está para dizer não, delineando assim a conduta de uma sociedade. Dessa forma há sempre um pensamento voltado para a atuação do Estado, representado pela instituição PMPR, frente à sociedade, que através do seu agente, representado pelo PM, atua.

Mas sempre nos veio à mente, onde está a preocupação com esse agente que atua? Onde está o amparo às adversidades enfrentadas por esse PM como Ser-humano único? Como auxiliá-lo? Capacitá-lo? Prepará-lo? Empoderá-lo?

Dezesseis anos como PM nos dão uma bagagem muito clara das agruras que a atividade profissional apresentará aos futuros PMs. Acidentes, homicídios,

latrocínios, estupros, outros crimes e situações do convívio social. A pergunta sempre foi: como possibilitarmos ao futuro PM a preparação para atuarem frente a esses e aos outros tipos penais, sem estarem expostos às dificuldades e peculiaridades das adversidades?

É claro que o pensamento sempre foi além da preparação. Chega ao pós-trauma, no momento em que o PM chega à sua casa, à sua família e tira sua “armadura”, sua farda. Será que ele Ser-humano está preparado para enfrentar essas lembranças? Para, ao menos, conversar com elas?

Diante de tantas incógnitas sempre nos veio à mente a célebre certeza de que a Educação sempre foi, é e será, não a única, mas com certeza a principal solução para amenizar esse e outros problemas.

Tivemos a oportunidade de, até o presente momento, trabalharmos em várias áreas dentro da PMPR. Independente da atividade principal, sendo essa, na sua maior parte atividades operacionais, sempre fomos instrutores em cursos de formação, aperfeiçoamento e especializações, tanto é que nossa primeira especialização foi na área de ensino, com o Curso de Especialização em Técnicas de Ensino, em 1998. Quanto à parte técnica de ensino a especialização foi excelente, porém, mais uma vez, nada foi falado sobre o estudante, o discente, o educando. Diante dessa necessidade fomos nos auto-lapidando e buscando informações complementares sobre pedagogia, psicologia, psico-pedagogia, Educação como um todo, didática e outras disciplinas ou Ciências correlatas à área de ensino e aprendizagem.

Por muito tempo fomos educadores-sociais¹ do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), trabalhando com crianças e como multiplicador do programa para os PMs. Como educador social do PROERD (instrutor PROERD²) trabalhamos em escolas públicas e privadas, com populações de realidades econômicas e sociais completamente diferentes. Como mentor³ capacitamos PMs nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e da região nordeste. O trabalho voltado para a Educação do PROERD buscando a prevenção ao abuso

¹ Termo utilizado, de forma inovadora em 2003, no Curso de Formação, em Foz do Iguaçu, por ASINELI-LUZ para designar o instrutor do Proerd, vez que a autora entende os policiais-militares como educadores-sociais e não como instrutores como originalmente o programa os denomina.

² Instrutor PROERD é o policial-militar capacitado para lecionar para as crianças e também o termo adotado pelo programa para denominar o educador policial-militar que vai à sala de aula.

³ Mentor é o policial-militar capacitado para multiplicar o conteúdo do programa para outros policiais-militares.

de drogas, associado à experiência profissional da área operacional de inúmeras apreensões de drogas ilegais, nos fizeram ver que essa questão não estava somente fora da instituição PMPR.

A droga está cada vez mais presente em toda nossa sociedade. Ora, os PMS que integram a PMPR são oriundos dessa mesma sociedade, portanto não estão imunes a qualquer tipo de dependência. Pelo contrário, pela proximidade às inúmeras situações de risco, tornam-se vulneráveis.

Desta forma voltamos nossa ótica para dentro dos quartéis e percebemos que, apesar de existirem alguns programas de ajuda aos PMS que apresentam quadro de dependência, os casos que aparecem são apenas a ponta do iceberg. Com um olhar mais atento, crítico e perceptivo conseguimos verificar que há inúmeros casos de dependências (alcooolismo, tabagismo, jogo, outras drogas psicoativas de abuso) não tratadas e sequer reveladas dentro das polícias e, sendo assim, também na PMPR. A evidência maior é o abuso de substâncias legais: tabaco e álcool. Mas há também o abuso de substâncias ilegais: maconha, cocaína, crack e outras.

Lembramos de uma ocorrência em que tivemos de solicitar mandado judicial para entrar em uma residência onde ocorria tráfico de drogas, tendo em vista que um Cabo PM havia trocado seu colete de proteção balística por algumas pedras de crack. A dependência se apresentava em quadro tão dramático que o PM sucumbiu aos valores éticos, morais, legais e profissionais, realizando um ato ilegal em favor de sua doença, a dependência química.

Além dessa, tantas outras ocorrências poderiam ser citadas, porém seríamos redundantes para demonstrarmos nossa motivação para essa pesquisa. Infelizmente, face à nossa experiência profissional, de forma empírica, afirmamos que no Brasil a dependência química é a maior epidemia de saúde pública que temos.

Asinelli-Luz⁴ (*apud* MILANI, 2003, p. 159) cita que “a escola, assim como a família, sempre teve dificuldades para olhar e assumir fatos que colocam em xeque sua competência e organização”. Acrescentamos à citação que as instituições policiais, principalmente as polícias militares, têm as mesmas dificuldades, vez que

⁴ ASINELLI-LUZ, Araci. Planejando a cultura da paz e a prevenção da violência na escola. In: MILANI, Feizi Masrour; JESUS, Rita de Cássia Pereira de (Org.). Cultura da Paz: estratégias, mapas e bússolas. Salvador: INPAZ, 2003.

tais instituições são basilares nas questões afetas à segurança pública. Logo o abuso de drogas por seus integrantes é fator de exposição e vulnerabilidade, como já afirmamos.

Esses e outros fatores, relacionados à falta de qualidade de vida que o PM encontra, foram alguns dos motivos que nos levaram a perceber o quão é importante uma formação adequada para um profissional de segurança pública. Tal formação não deve apenas se preocupar com o conhecimento técnico. Para ilustrar citamos a obra, de Jean Piaget, Para onde vai a Educação?

O direito à educação [...], não é apenas o direito de frequentar escolas: é também, na medida em que vise a educação ao pleno desenvolvimento da personalidade, o direito de encontrar nessas escolas tudo aquilo que seja necessário à construção de um raciocínio pronto e de uma consciência moral desperta. (PIAGET, 2005, p. 53)

Assim, resolvemos nos dedicar ao estudo científico da formação policial-militar com a finalidade de, sobre ele, construirmos conhecimento. Esperamos que esse conhecimento não seja apenas útil, mas também aplicável e socializado com outras instituições policiais, militares ou não. Temos também a certeza que este é o primeiro passo.

1.2 APRESENTAÇÃO

Para dar corpo à proposta de pesquisa, a dissertação foi assim organizada. A primeira parte, denominada Delineando o campo e o objeto de investigação, além de apresentar uma breve descrição da trajetória do autor na PMPR, descreve, como motivação ao trabalho, uma espécie de construção das representações da PMPR pela sociedade a partir dos estímulos da mídia, chamando a atenção para a importância da formação adequada do PM. Descreve a questão norteadora do estudo, suas hipóteses, os objetivos e a justificativa do estudo, chamando a atenção ao contexto do estresse que envolve a atuação profissional do PM, tornando-o vulnerável e, por conseguinte, exigindo dele a aprendizagem da resiliência.

Na segunda parte, dedicada à fundamentação teórica, destacamos eventos importantes para a compreensão da história da instituição PMPR e o conhecimento

de quem é esse profissional PM. Ainda nesta parte da Dissertação, dedicamos espaço próprio para estudarmos a formação específica do soldado da PMPR e o currículo responsável para esta formação.

Segue-se a isso, no item 3, um estudo sobre resiliência, a partir de diferentes autores, com destaque para Grotberg⁵ (*apud* MELILLO; OJEDA, 2005) 2005) que apresenta quatro fatores resilientes: eu tenho, eu sou, eu estou e eu posso. Esses fatores resilientes relativos ao que ela denomina de desenvolvimento da força intrapsíquica e à aquisição de habilidades interpessoais e a resolução de conflitos.

Na parte 4 do estudo descrevemos a metodologia da pesquisa, explicitando o delineamento dela e descrevemos todo o processo de validação do instrumento de coleta de dados, a seleção dos sujeitos, a pesquisa de campo, o tratamento e a análise dos dados. Na parte relativa ao tratamento dos dados, apresentamos no quadro 1, as disciplinas do currículo que foram analisadas, por área de ensino e o destaque aos valores e fatores resilientes encontrados descritos nos planos de matérias. Seguem outros treze quadros relativos aos dados retirados das entrevistas com os instrutores participantes da pesquisa. Nesta parte também encontramos uma síntese analítica dos dados.

As considerações finais compõem o item 5 da Dissertação, onde discutimos alguns pontos à luz dos autores que serviram de base ao estudo, chamando a atenção para os aspectos da formação do soldado da PMPR que precisam ser revistos e modificados.

Finalmente apresentamos obras que, direta ou indiretamente, contribuíram como fonte de conhecimento para a concretização da Dissertação, os demais documentos consultados e os vários apêndices e anexos, tais como o modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o modelo de instrumento de coleta de dados, o termo de aprovação do Conselho de Ética a malha curricular das disciplinas analisadas.

⁵ GROTBORG, Edith Henderson. Introdução: novas tendências em resiliência. In: MELILLO, Aldo; OJEDA, Elbio Nestor Suárez (Org.). Resiliência: descobrindo as suas próprias fortalezas. Tradução: Valério Campos. Consultoria, supervisão e revisão técnica: Sílvia Helena Koller. Porto Alegre: Artmed, 2005.

1.3 PROBLEMATIZAÇÃO

A PMPR assiste à sociedade paranaense há 152 anos, numa história que praticamente se funde à própria história do nosso Estado. A instituição, pensada de um modo geral, é vista pela sociedade paranaense através de índices contrastantes, ora de aceitação, ora de reprovação. Índices esses que variam dependendo das ações desenvolvidas, da forma e do local de atuação, do momento político que estamos vivendo e de tantos outros fatores que contribuem para que a população possa avaliar o desempenho da PMPR.

Esse contraste na avaliação do desempenho da PMPR está centrado principalmente no que a mídia tem sempre destacado: a violência PM, com excessos e abusos; a corrupção PM; o envolvimento PM em crimes e com a marginalidade; etc. Associado aos destaques jornalísticos, outros fatores internos contribuem para que um desenvolvimento salutar da atividade profissional seja comprometido, entre eles: o alto consumo de substâncias psicoativas de abuso (SPA); o estresse profissional; a síndrome de Burnout; etc.

Para enfatizar os índices de aceitação a PMPR está se pautando, dentro da instituição e numa tendência mundial, pela filosofia de polícia comunitária. Com a aquisição e a aplicação dessa filosofia, onde se protagoniza um PM sendo um fiel representante e defensor da sociedade, temos que observar com muita atenção a formação desse profissional.

Essa formação deverá propiciar ao futuro profissional de segurança pública uma capacitação completa, que contemple tanto conhecimentos técnicos como o desenvolvimento de valores relacionados ao desenvolvimento humano, ambos necessários para um desempenho profissional adequado, de uma relação social pautada na ética, na moral e dentro da legalidade. Dessa forma o PM será formado com alicerces teóricos, técnicos e de valores que o permitirão desenvolver a resiliência⁶ necessária para vivenciar seu futuro cotidiano profissional.

O PM deve ter na sua formação conteúdos consistentes, conhecimentos técnicos que o capacite a desenvolver sua atividade de profissional de segurança pública com maestria. Deve também conhecer: a técnica PM, dentro de todas as

⁶ Resiliência enquanto modo eficaz e adequado de mostrar-se íntegro, apesar da exposição às pressões negativas.

variáveis de policiamento ostensivo; a legislação, ferramenta necessária que o permitirá atuar dentro da legalidade; os diversos equipamentos e seus respectivos usos; os devidos procedimentos de justiça criminal; e outras informações que tecnicamente são necessários para uma formação PM adequada. Também deve ter o conhecimento e o fortalecimento de valores e da ética que o torne um ser-humano melhor, um profissional capacitado e resiliente, capaz de perceber que as ocorrências PMs serão sempre situações adversas, graves e marcantes, porém, com a formação profissional consistente terá respostas e comportamentos éticos e eficazes frente às diversificadas realidades profissionais que irá se deparar, fazendo com que essas não deixem cicatrizes em sua vida profissional, pessoal e particular.

Quando prepararmos o cidadão que escolheu a carreira PM para representar e defender a sociedade, deixando de lado a arcaica formação de representante e defensor do Estado, potencializando-o de conhecimentos, valores, ética, comportamentos adequados e habilidades, técnicas e emocionais, para poder transpor as agruras da profissão e também levar uma vida dotada de qualidade daremos um grande passo na área educacional de profissionais, realmente competentes, em segurança pública.

1.4 QUESTÃO NORTEADORA

Tendo como finalidade precípua a contribuição com a construção do conhecimento na área de formação do profissional PM a presente pesquisa traz como questão: o currículo do Curso de Formação de Soldados (CFSd) da PMPR contempla, além da formação técnica, a formação e a vivência de valores humanos, necessários para o desenvolvimento da resiliência?

1.5 HIPÓTESES

A partir da questão norteadora levantamos as seguintes hipóteses:

- a) O currículo do CFSd está estruturado enfatizando a formação técnica em detrimento à formação moral;
- b) O currículo do CFSd, aliado à formação moral própria do soldado, propicia o desenvolvimento da resiliência para vivenciar as situações cotidianas da vida PM.

1.6 OBJETIVOS

1.6.1 Objetivo geral:

Pretendemos com esta pesquisa identificar elementos que contribuem para o desenvolvimento da resiliência como fator de proteção na formação do soldado da PMPR.

1.6.2 Objetivos específicos:

- a) Analisar o currículo do CFSd da PMPR, utilizado no último curso, realizado no ano de 2006;
- b) Identificar a presença de valores humanos no currículo do CFSd da PMPR, necessários à formação da resiliência;
- c) Diagnosticar as representações que os instrutores⁷ têm sobre resiliência, sobre os elementos resilientes e se estes são externalizados durante as atividades letivas do CFSd da PMPR.

⁷ Instrutores são aqui os policiais-militares professores, assim denominados enquanto corpo docente na PMPR.

1.7 JUSTIFICATIVA

Dias Neto (2000, p.09), afirma, “a polícia não pode ser a única voz no coral da segurança”. Dessa forma a polícia comunitária tornou-se uma necessidade e uma realidade que está enraizada nas organizações policiais em todo mundo, conforme Trojanowicz e Bucqueroux enfatizam:

Policimento comunitário é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar, e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área. (TROJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1994, p.04).

Essa nova concepção presente no policiamento comunitário nos remete a revermos a formação policial, no caso específico dessa pesquisa da formação do PM, que necessita, além da formação técnica, um tipo específico de preparo e conhecimento. Urge um novo e imediato olhar no processo de formação, focado na preparação adequada e integral do PM. Balestreri evidencia que:

No entanto, diante das crônicas carências estruturais que precisam ser tomadas (ativamente, é verdade) como dados da realidade, reveste-se de especial importância pensar criticamente a formação dos operadores, uma vez que é esta a ferramenta de transformação mais imediata de que podemos dispor.

Nessa mesma direção, não é aceitável submeter o beneficiário (cidadão) à espera de maior vontade política e de melhor aparelhamento material por parte do Estado. Ainda que esta deva ser uma meta inegociável da sociedade, alcançável a médio ou longo prazos, é preciso intensificar a urgência de nossa atenção sobre os recursos mais disponíveis e imediatamente definidores, em termos globais, da qualidade do atendimento aos cidadãos em questão: os recursos humanos, os operadores. (BALESTRERI, 2003, p.59).

Nessa mesma ideia e necessidade de mudança encontramos na afirmação de Valla o qual argumenta que é “fundamental reedificar a Polícia, isto é, uma nova Polícia, **orgulho de todos, tanto de seus integrantes como da sociedade a que ela deve SERVIR e donde provém.**” (VALLA, 2000, p.153). Infelizmente percebemos claramente que a preocupação maior ainda é a institucional, que a formação do PM tem ainda como foco principal a imagem da instituição Polícia

Militar, pensando principalmente de forma coletiva. Temos que divergir esse foco, redirecionando de forma individualizada para cada Ser-Humano PM. Quando o cidadão PM for reconhecido dentro da Polícia Militar como protagonista de sua própria história estaremos realizando polícia comunitária na própria instituição, assim ele não terá apenas a teoria, mas a prática, o convívio e o exemplo de respeito e de cidadania.

As mazelas que permeiam a atividade profissional do PM são muitas, havendo, portanto a necessidade urgente de mudanças.

Uma polícia em que **a VIOLÊNCIA, a CORRUPÇÃO, a INCOMPETÊNCIA e o VÍCIO** sejam substituídos pelas virtudes da dignidade, da honradez, da coragem física e moral, da honestidade, do respeito à integridade e à dignidade das pessoas e, assentadas em bases sólidas pela vivência de elevados padrões de disciplina e hierarquia. (*ibidem*).

As afirmações propostas por Valla são fundamentais, porém novamente evidenciamos que o foco principal deve ser o indivíduo e não a instituição, pois ela será consequência coletiva do comportamento individual. A formação para o PM será completa, em eficácia e eficiência, quando o prepararmos para o seu cotidiano profissional, associado ao seu particular e familiar, propiciando-lhe uma aprendizagem significativa, no campo profissional e emocional, pois:

[...] o aluno aprende um conteúdo qualquer – um conceito, uma explicação de um fenômeno físico ou social, um procedimento para resolver determinado tipo de problemas, uma norma de comportamento, um valor a respeitar, etc. – quando é capaz de atribuir-lhe um significado. (SALVADOR, 1994, p.148).

Nessa esteira é essencial que propiciemos ao aluno PM valores humanos que o capacite a perceber-se como um ser-humano resiliente às situações adversas que a atividade profissional lhe apresentará, enfatizando que:

A noção de resiliência pretende, assim, consubstanciar conceptualmente uma especificidade estrutural do desenvolvimento psicológico, que se traduz na capacidade que denotam certas pessoas, grupos ou comunidades para evitar, fazer face ou mesmo ultrapassar os efeitos desestruturantes que seriam muito prováveis em consequência da exposição a certas experiências. (RALHA-SIMÕES⁸ *apud* TAVARES, 2002, p.95).

⁸ RALHA-SIMÕES, Helena. Compétence et auto-perception – une approche du concept de soi à partir des théories du développement cognitif: implications éducatives. Tese policopiada de doutorado Université Catholique de Louvain, Louvain-la-Neuve, 1983.

Essa necessidade é evidente para que os integrantes da corporação estejam preparados frente às várias situações de risco que a atividade profissional lhe apresentará.

A noção de risco que acolhemos nessa pesquisa é a ideia de que não há um conceito único para seu significado, mas que é um construto dinâmico. Porém, há pelo menos três pontos que devem ser avaliados, para que possamos identificar os inúmeros riscos a que está sujeito o PM. Uma delas é a exposição à probabilidade de dano (ALMEIDA-FILHO; COUTINHO, 2007) que a situação profissional vivenciada pelo PM pode representar a ele. O segundo elemento importante para ser analisado é a probabilidade da manifestação negativa de “eventos ou fenômenos ligados à saúde” (*op. cit.* 2007, p. 115) acontecerem de forma recorrente numa mesma classe social ou profissional, aqui consideramos os PMs. O terceiro elemento importante que devemos considerar é também a probabilidade de ocorrerem consequências “negativas” (definidas na literatura como psicopatologias) (TAVARES, 2002, p. 27). Dessa forma risco envolve a probabilidade de ocorrer dano e consequências negativas à saúde, mental, social ou física, do PM quando exposto a situações de vulnerabilidade sem estar devidamente preparado.

Salientamos que existem inúmeros fatores de risco para a atividade PM, considerando estes fatores como as situações ou condições adversas que podem estar presentes no indivíduo ou numa sociedade e que propiciam o abuso de SPA ou as violências, ocorrendo isoladamente ou em conjunto (ASINELLI-LUZ, 2000), expondo esse indivíduo ou essa sociedade.

As situações adversas de estresse profissional, a síndrome de Burnout, o alto consumo de SPA, em especial o álcool, são realidades e muitas vezes fugas que vivem vários policiais-militares (PMs) de hoje, que tiveram essa deficiência na formação sem enfatizar a resiliência, pois essa, como relata Martineau⁹, (*apud* TAVARES, 2001, p.21), “tem diferentes formas entre diferentes indivíduos em diferentes contextos, assim como acontece com o conceito de risco.”

⁹ MARTINEAU, S. Rewriting resilience: a critical discourse analysis of childhood resilience and politics of teaching resilience to “kids at risk”. Tese de doutorado, The University of British Columbia, Canadá, 1999. In: TAVARES, José (Org.). Resiliência e educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Vargas nos alerta que:

A incidência e prevalência do alcoolismo em uma determinada sociedade são dois conceitos básicos que proporcionam uma análise dinâmica do problema. No Brasil, a incidência do alcoolismo em termos de unidade de população tem demonstrado a rapidez com que essa enfermidade cresceu nos últimos anos; porquanto há uma predominância relativa e variável em cada região, conseqüente de fatores sociais e culturais, onde o alcoolismo tornou-se a segunda patologia mais frequente, perdendo apenas para as neuroses. (VARGAS,1988, p. 214)

Diante dessa situação percebemos a necessidade de propiciarmos condições comportamentais de enfrentamento desses fatores de risco aos PMS, viabilizando-lhes fatores de proteção que os capacitem a serem e estarem prevenidos. Entendemos fatores de proteção como as condições e possibilidades de enfrentamento presentes no indivíduo ou numa sociedade e que contribuem para diminuir a probabilidade de envolvimento com SPA ou com as violências, impedindo o aparecimento de novos casos, mesmo quando há fatores de risco presentes. (ASINELLI-LUZ, 2000).

O modelo e a concepção de prevenção que desejamos para os PMs é o “modelo psico-sócio-cultural”¹⁰:

Neste modelo dá-se ênfase especial ao indivíduo como agente ativo e passivo do álcool e ao contexto social. Ele tende a preocupar-se com a significação do uso do álcool como um comportamento e sua função defensiva como estabilizador de conflitos emocionais. Um comportamento dado só persistirá, enquanto desempenhar uma função para o indivíduo. Procura, pois, mostrar que o álcool, a exemplo de outros comportamentos destrutivos, não é a causa e sim efeito de uma necessidade defensiva do indivíduo. Estudar e orientar os indivíduos sobre suas motivações comportamentais em relação ao álcool é essencial. Além desse objetivo, preocupa-se também com o contexto social, com o comportamento e como transformá-lo. Sugere, ainda, esse modelo, que certos fatores do contexto devem ser adaptados ao indivíduo e às suas necessidades, como, de igual forma, acentua as condições sócio-econômicas e o meio ambiente em que vive o indivíduo, as razões da pressão social sobre as quais se alicerça esta prevenção especial. (VARGAS, 1988, p. 227)

Percebemos aqui que os fatores de risco a que o PM está exposto são altíssimos, comparados aos ínfimos fatores de proteção que ele hoje possui. Torná-lo um profissional resiliente preventivo ao cotidiano da vida PM seria dotá-lo de ferramentas para aumentar os seus fatores de proteção.

¹⁰ Nesse modelo incorpora-se também a dimensão profissional.

Pensando finalmente sob a ótica piagetiana de “um professor que é um orientador, um provedor de desafios”, como cita Moro¹¹, (*apud* PLACCO, 2002, p.131), o instrutor, na formação do PM, terá o mister de proporcionar o desenvolvimento da autonomia no PM. Creemos ser necessária e urgente a formação do PM como um ser único, com necessidades e carências afetas a qualquer outro ser-humano, em sua “incompletude” (FREIRE, 1996), resiliente frente às diversidades decorrentes da profissão. Essa é uma temática nova no âmbito da PMPR e contribui para a construção do conhecimento na área, a qual frisamos, é urgente e necessária.

1.8 A POLÍCIA MILITAR COMO CAMPO DE PESQUISA

A história brasileira é um dos fatores que contribuiu para que as instituições PMs angariassem e adquirissem um comportamento de instituição protetora do Estado frente à sociedade. As Forças Armadas (FFAA), Marinha, Exército e Aeronáutica, protagonizaram um golpe militar em 1964, implantando a ditadura militar no Brasil e para tal ação usaram também, como massa de frente, as instituições PMS. Ao comentar o comportamento das FFAA durante o golpe, Bicudo (1992, p. 39) nos esclarece que “segundo as concepções de ideologia da segurança nacional, seria necessário criar uma força militar auxiliar, adestrada para responder aos atos da guerrilha desencadeada por organizações que contestaram a ditadura pela via da luta armada”, assim as forças nacionais optaram por colocar às ruas as polícias militares.

Tal utilização deu-se em razão de norma constitucional, sendo que as polícias militares e os corpos de bombeiros militares eram e são, ainda por determinação da Constituição Brasileira, forças auxiliares e reserva do Exército. À época da repressão militar, além das tropas das FFAA, também PMs foram empregados para reprimirem nas ruas as manifestações contrárias à tomada do

¹¹ MORO, Maria Lúcia S. Crianças com crianças, aprendendo: interação social e contribuição cognitiva. Caderno de pesquisa. n. 79, p. 31-43, 1991. In: PLACCO, Vera Maria de Souza (Org.). Psicologia e educação: revendo contribuições. São Paulo: Educ, 2002.

poder. Foram também PMs que adentraram nas faculdades e universidades calando as vozes dos que tentavam se manifestar contra o golpe militar.

Essa aproximação, vínculo e subordinação constitucional, principalmente à época dos fatos, contribuíram para que a Polícia Militar, instituição que tem como missão a defesa do cidadão, passasse a ser vista como defensora do Estado. Essa mudança de foco contribui para que a população, de um modo geral, tenha a imagem da Polícia Militar como repressora e não como defensora.

Associado a esse fato e ao período de ditadura militar, as instituições PMS permaneceram por muito tempo com uma formação voltada para a proteção do Estado. Há pouco ainda se tinha no currículo do CFSd disciplinas como Guerrilha e Contra guerrilha, que tinham como objetivo ensinar, diagnosticar e reprimir comportamentos que atentassem contra a imagem do Estado.

Houve uma significativa melhora nos currículos, como veremos nesta pesquisa, porém as instituições PMs carecem e muito de pesquisas científicas que ajudem a identificar aspectos que valorizem e contribuam para uma melhor formação técnica e humana de um profissional de segurança pública capaz e competente para cumprir seu verdadeiro papel na sociedade: a defesa do cidadão. Silva¹² (*apud* MARIANO, 2002, p.148) diz que “só poderemos ter polícias eficientes para a democracia quando estiverem agindo a serviço da cidadania, dentro da legalidade, visando à proteção do direito de todos”.

Para isso não basta adotarmos uma filosofia de polícia comunitária. Uma melhor aproximação e um convívio, que além de profissional seja muito mais próximo à sociedade, são salutares, porém se faz necessário voltarmos nossos olhares para dentro das instituições PMs, ou para dentro da caserna¹³ como costumamos dizer. Precisamos direcionar nosso foco de atenção para a formação PM. Uma formação que vá além da preparação técnica do profissional de segurança pública. Dessa forma cabe aos instrutores a responsabilidade de, além da capacidade técnica a esse profissional, contribuir na sua formação plena, de modo a prepará-lo para “discernir entre a razão da força e a força da razão” (LUIZ, 2003, p. 106), superar, viver com, transpor, vivenciar e saber que terá inúmeras situações adversas, estando preparado para superá-las. Paulo Freire (1996, p.26 e 27), na

¹² SILVA, Cláudio Barros. Considerações sobre o controle externo das polícias. In: MARIANO, Benedito Domingos; FREITAS, Isabel (Org.). Polícia: desafio da democracia brasileira. Porto Alegre: Corag, 2002.

¹³ Termo utilizado para designar a vida dentro dos quartéis, a vida militar.

sua obra intitulada *Pedagogia da Autonomia*, ao referir-se ao exercício da docência, afirma que “faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos mas também ensinar a pensar certo”.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) tem demonstrado interesse em direcionar uma formação policial que vise um profissional capacitado a atuar dentro da perspectiva dos Direitos Humanos, prova disso é a Matriz Curricular Nacional. Porém esbarra em ditames legais constitucionais, principalmente a autonomia dos Estados para as questões de segurança pública.

A busca de uma identidade própria, sem resquícios deixados pela história e por outras instituições, se traduz na excelência e na qualidade de várias obras que traduzem o universo das instituições PMs, Barros (2006, p. 136) denomina os atuais integrantes das milícias estaduais de “cidadãos fardados”.

O momento atual é propício para que a Polícia Militar sirva como campo de conhecimento acadêmico. Inúmeros PMs buscam graduações junto às universidades, em várias áreas do conhecimento, prosseguem sua formação em programas de pós-graduações. Com isso aumenta a possibilidade de publicações, livros, artigos científicos, dissertações e teses que tenham como objeto de pesquisa as instituições policiais e militares. Da mesma forma, no cinema nacional as instituições PMs ganharam destaque, firmando assim a PMPR como um campo vasto para pesquisas.

Nesta Dissertação nos debruçamos sobre o currículo do CFSd, num recorte histórico ao último curso realizado em 2006 e sob a ótica do equilíbrio entre os aspectos técnicos e a formação em valores humanos que possibilitem ao PM a aprendizagem e o desenvolvimento da resiliência enquanto estratégia de sobrevivência e resolução de conflito no campo profissional, social e pessoal.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

2.1 A INSTITUIÇÃO POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

A história da Polícia Militar do Paraná (PMPR) está praticamente fundida à história do Estado do Paraná. Com a emancipação política o território paranaense deixou de ser a então 5ª Comarca da Província de São Paulo e passou a ser a Província do Paraná. Em data de 29 de agosto de 1853, Dom Pedro II assinou a Lei nº. 704, a qual criou a Província Paraná. Sendo designado como presidente da Província Paraná Zacarias de Góes e Vasconcelos, o qual instalou oficialmente a Província em data de 19 de dezembro de 1853. Ainda muito acanhada a então Província Paraná tinha pouco desenvolvimento e as principais vilas eram: Vila de Curitiba; Paranaguá; Castro; São José dos Pinhais; Guarapuava; e Palmas.

A primeira providência tomada por Zacarias de Góes e Vasconcelos foi a assinatura da Lei Provincial nº. 1, de 28 de julho de 1854, a qual fixou a Vila de Curitiba como sendo Capital da Província. A Lei nº. 7, de 10 de agosto de 1854, criou a então Companhia da Força Policial, primeira denominação que recebeu a PMPR, tal providência encontra-se registrada na folha nº. 3, livro 1, das Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa Provincial e foi publicada no jornal Dezenove de Dezembro, órgão oficial da antiga Província. A Companhia foi criada com um efetivo de sessenta e sete praças, à época com postos e graduações¹⁴ diferentes das atuais, sendo composta por: um capitão; um tenente; um alferes; um 1º sargento; dois 2º sargentos; um furriel; oito cabos; dois cornetas¹⁵; e cinquenta soldados.

Foi designado para comandar, organizar, estruturar e regulamentar a Companhia o Capitão Joaquim José Moreira de Mendonça, primeiro Comandante-Geral que enfrentou inúmeras dificuldades para instalar a Companhia, a começar pela existência de outras organizações que, à época, realizavam a atividade de segurança pública e se encontravam instaladas nas vilas da nova Província.

¹⁴ Escalonamento hierárquico: posto para os oficiais e graduação para os praças.

¹⁵ No masculino por tratar de graduações de praças e mesmas graduações que à época eram utilizadas pelo Exército Brasileiro.

Guardas Municipais Permanentes da Província de São Paulo¹⁶, Guardas de Pedestres¹⁷, Guarda Nacional¹⁸ e o recém criado Exército Brasileiro¹⁹ foram as organizações que sucederam à Companhia da Força Policial nas atividades de polícia em território paranaense, e seus integrantes permaneceram aqui após a instalação da Província Paraná. A resistência dos integrantes dessas forças dificultou o trabalho do Capitão Joaquim, o qual conseguiu superar essa adversidade e instalar a Companhia.

O ingresso na Companhia da Força Policial foi outro problema enfrentado, no ano de 1854 foram poucos, apenas seis. No ano de 1855 os ingressos aumentaram, porém ainda não preenchiam as vagas, foram mais vinte e três. As inclusões²⁰ aumentaram com o passar do tempo tendo em vista que um regulamento foi criado para os que ingressavam na organização. O regulamento proibia tacitamente o castigo de chibata aos desobedientes, castigo bastante comum à época para as instituições policiais e militares. Com a proibição de tal castigo, aos integrantes da Companhia da Força Policial na Província Paraná, aumentaram as inclusões.

Outro problema enfrentado era a ausência de um instrutor militar, sendo então suprido pelo jovem Joaquim Antonio Guimarães, filho do Visconde de Nácar, que havia frequentado o Colégio Freese, aonde aprendeu entre outros conhecimentos as evoluções militares.

Após sua criação a PMPR recebeu várias denominações, a saber:

- a) Companhia da Força Policial da Província do Paraná, Lei nº. 7, de 10 de agosto de 1854;
- b) Corpo Policial da Província do Paraná, Lei nº. 380, de 30 de março de 1874;
- c) Corpo Militar de Polícia do Estado do Paraná, pelo Decreto de Reorganização nº. 4, de 10 de dezembro de 1891;
- d) Regimento de Segurança do Paraná, pela Lei nº. 36, de 05 de julho de 1892;

¹⁶ Instituições que até a criação realizavam a guarda das vilas e que seus respectivos integrantes permaneceram em solo paranaense.

¹⁷ Organização recém criada por Dom Pedro II para minimizar os assaltos que ocorriam na região que era a ligação entre a Província de São Paulo e a Província de São Pedro, hoje o Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁸ Instituição oficial da Corte, que deveria zelar pela segurança da população nas vilas das províncias.

¹⁹ Que devido à recente criação também realizava atividades e funções policiais.

²⁰ Termo utilizado para designar o ingresso nas fileiras das corporações militares.

- e) Regimento Policial do Paraná, em 1894, durante a ocupação do Estado pelas tropas federalistas, retornando ao nome anterior posteriormente;
- f) Força Militar do Estado do Paraná, pelo Decreto de Reorganização nº. 473, de 09 de julho de 1917, quando também passou a ser considerada força de primeira linha e auxiliar do Exército Brasileiro;
- g) Polícia Militar do Estado do Paraná, pelo Decreto-Lei nº. 505, de 25 de junho de 1932, quando também foi criada a primeira Companhia de Bombeiros;
- h) Força Policial do Estado, pelo Decreto-Lei nº. 9315, de 26 de dezembro de 1939;
- i) Polícia Militar do Estado do Paraná, pelo Decreto-Lei nº. 544, de 17 de dezembro de 1946;
- j) Polícia Militar do Estado, sendo então chamada de Polícia Militar do Paraná, pela Lei Estadual nº 1943, de 23 de junho de 1954.

Da sua criação até hoje a PMPR esteve presente nos principais episódios históricos do Estado do Paraná. A invasão de tropas federalistas, a campanha do Contestado, o combate do Irani, a Revolução de 1924 são exemplos de fatos e acontecimentos marcantes de uma História mais afastada dos dias de hoje.

2.2 QUEM É O POLICIAL-MILITAR

O policial-militar (PM) é um funcionário público de carreira pertencente, no caso do Estado do Paraná, à instituição PMPR. Esse profissional é também denominado militar estadual. A PMPR por sua vez é dividida, primeiramente, em duas grandes populações: os PMs e os bombeiros-militares (BMs). As atribuições dos PMs e dos BMs estão determinadas na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, no Título V, Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, Capítulo III, Da Segurança Pública, no seu artigo 144, parágrafos 5º e 6º, o qual determina:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícias civis;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

...

§5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividade de defesa civil.

§6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do distrito Federal e dos Territórios. (Brasil, 1988)

Dessa forma os PMS e os BMs têm atribuições completamente diferenciadas, apesar de ambos possuírem a mesma característica: a militar. Já que os dois substantivos são compostos, PMS e BMs, são justamente os primeiros substantivos que definem as atividades fins de cada grande segmento da PMPR, o policial e o bombeiro, lembrando ambos militares.

Esclarecemos que aos PMs incumbem-se as atividades de prevenção destinadas à segurança pública, realizadas através do policiamento ostensivo fardado, e as ocorrências policiais que afetem a ordem pública, a incolumidade das pessoas e dos patrimônios, públicos e privados.

Aos BMs cabem as atividades relacionadas ao combate a incêndios, a buscas e salvamentos, a vistorias de instalações físicas, quanto aos aspectos de prevenção e combate a incêndios, além das atividades específicas de defesa civil.

Apesar da característica militar, e da instituição a que pertencem serem a mesma, a PMPR, as atribuições são completamente diferentes, assim tanto a inclusão na PMPR, como a formação, ocorrem de maneiras distintas.

Para essa pesquisa centraremos nossos olhares mais precisamente à formação dos soldados PMs da PMPR.

2.3 A INCORPORAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Toda incorporação²¹ na PMPR se dá através de concurso público, tendo em vista que o cargo a ser exercido é de um funcionário público. Cada concurso para incorporação tem edital próprio, com os regulamentos que a lei permite e exige.

Hierarquicamente a instituição é dividida entre oficiais e praças e as respectivas incorporações ocorrem de maneiras distintas. Os oficiais pertencem à menor parcela da PMPR, escalonados em postos. Os postos iniciam em 2º Tenente, passando a 1º Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e terminam em Coronel. Para se tornar um oficial operacional da PMPR é necessário incluir, através do concurso vestibular, atualmente junto à Universidade Federal do Paraná (UFPR) e cursar o Curso de Formação de Oficiais (CFO).

Após aprovação no concurso vestibular da UFPR e realização dos exames complementares (psicossocial, médico, físico e de conhecimentos de informática) o candidato é incluído como aluno-oficial ou cadete. Fica nessa condição por três anos, enquanto cursa o CFO, em período integral e sob o regime de internato semanal, junto à Academia Policial-Militar do Guatupê (APMG).

Após a conclusão do CFO há a declaração Aspirante a Oficial, condição que fica por aproximadamente um ano, considerado como seu estágio probatório, para que então seja promovido ao posto de 2º Tenente e possa, a partir daí, galgar sua carreira de oficial da PMPR e pertencer assim ao Quadro de Oficiais Policiais-militares (QOPM).

Além do QOPM há outros quadros de Oficiais na PMPR, sendo também outras as formas de incorporação e os cursos a serem realizados. São os casos dos Oficiais do Quadro de Saúde: médicos, dentistas, veterinários e bioquímicos. Sua inclusão se dá eventualmente, quando se faz necessário a reposição dos respectivos quadros. O curso, entendido dentro da PMPR como estágio, tem a duração aproximada de seis meses. É uma forma de adaptar o profissional já formado à vida PM. Após os exames específicos o profissional inclui-se no posto de 1º Ten, e faz o curso de adaptação nessa condição. Também pode chegar ao posto

²¹ A incorporação também é conhecida dentro das instituições militares como inclusão, termo que poderá ser encontrado para designar o ingresso nas fileiras das corporações. Preferimos aqui o primeiro termo visando evitar confusões, principalmente na área da Educação, com o termo inclusão escolar.

de Coronel. Essas são as possibilidades de incorporação e os cursos que possibilitam uma pessoa civil, incluir e tornar-se oficial da PMPR.

Também temos os oficiais do Quadro de Oficiais Especial Policiais Militares (QOEPM). São PMs praças que realizam concursos e cursos internos e chega à condição de oficiais. Somando aos oficiais que, como citamos, pertencem à menor parcela do efetivo da instituição PMPR, temos os praças. Os praças estão divididos nas graduações de soldado a subtenente. Para chegar à graduação de subtenente há um longo caminho a ser percorrido. O cidadão incorpora como soldado, passa a cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento e então subtenente.

Para que alguém possa tornar-se soldado da PMPR é necessário frequentar o Curso de Formação de Soldados (CFSd). Para frequentar o CFSd o candidato deve primeiro ser aprovado no exame teórico. Após essa aprovação existem os exames complementares: psicossocial, médico e físico. Ainda existe a análise dos antecedentes criminais dos aprovados, fato que ocorre durante a realização dos exames complementares e que também pode ser motivo de desclassificação do candidato, caso exista qualquer envolvimento do mesmo com a esfera judiciária penal.

Após a aprovação em todas as etapas do concurso ocorre a inclusão junto à PMPR e o candidato, já funcionário público, deve realizar o CFSd e ser aprovado no mesmo para que possa ser considerado soldado da PMPR.

2.4 FORMAÇÃO DO SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Após aprovação no concurso para soldado da PMPR há a realização do CFSd, foco dessa pesquisa e, junto com o CFO, o principal curso de formação na PMPR.

O CFSd tem a duração de aproximadamente oito meses e pode ser realizado junto ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), localizado na Academia Policial-Militar do Guatupê (APMG) ou então nas unidades operacionais da PMPR. Indiferente do local de realização, o CFSd possui um currículo único que é rigorosamente seguido pela unidade que o desenvolver, tendo para isso o acompanhamento e monitoramento da Diretoria de Ensino (DE). O CFSd

habilitará o cidadão civil a tornar-se soldado da PMPR. Essa habilitação dar-se-á de acordo com o currículo, objeto de estudo dessa pesquisa.

As aulas ocorrem em período integral, de segunda-feira a sexta-feira, das 07h30 às 18 horas, tendo um intervalo das 12 horas às 13h30 para almoço e dois intervalos, um pela manhã e outro à tarde, durante o período das aulas. Além das atividades escolares os alunos-soldados²² concorrem às escalas de serviço, estágios operacionais e atividades extras.

A formação PM requer duas dimensões distintas e complementares. Uma formação policial e uma formação militar. A formação policial visa à preparação para que o futuro policial possa atender, de forma correta e legal, às ocorrências que enfrentará no seu dia-a-dia de trabalho policial. A formação militar visa à preparação do futuro policial dentro de uma característica militar, ou seja, dentro de uma instituição que é baseada em disciplina e hierarquia. Entendemos aqui disciplina como o fiel acatamento das ordens, leis e regulamentos a que o PM está sujeito e hierarquia como o escalonamento vertical, em postos para os oficiais e graduações para os praças.

Essa formação, policial e militar, é complexa e ocorre simultaneamente com a finalidade de capacitar o futuro PM para sua atuação profissional cotidiana. Mas entendemos que na base desta formação está o ser-humano, com suas dimensões humanas, isto é, suas estruturas cognitiva, pessoal, familiar, espiritual, afetivo-social, por isso é de fundamental importância evidenciarmos que, em dias atuais, existe cada vez mais a necessidade de propiciarmos uma “formação cidadã”:

[...] a sociedade suscita certas demandas de formação que são ditadas pela futura inserção na vida profissional. Em última análise, parece que o que mais influi na Educação são as exigências do sistema produtivo, de tal maneira que tudo o que diz respeito à formação cidadã é relegado a segundo plano. (DELVAL, 2006, p. 29)

²² Denominação que recebe o aluno do Curso de Formação de Soldados.

2.5 O CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Na PMPR o atual currículo utilizado para a formação de soldados é o mesmo do ano de 2006, objeto de estudo dessa pesquisa.

Para realizarmos a análise do currículo do CFSd nos identificamos com a idéia de Sacristán, quando afirma:

A cultura que a escola distribui encapsulada dentro de um currículo é uma seleção característica organizada e apresentada também de forma singular. O projeto cultural do currículo não é uma mera seleção de conteúdos justapostos ou desordenados, sem critério algum. Tais conteúdos estão organizados sob uma *forma* que se considera mais apropriada para o nível educativo ou grupo de alunos do qual se trate. A própria essência do que se entende como currículo implica a idéia de cultura “organizada” por certos critérios para a escola. Os conteúdos foram *planejados* para formar de fato um currículo escolar. (SACRISTÁN, 2000, p. 75).

Assim percebemos o currículo do CFSd como uma proposta de formação para o profissional de segurança pública, que propicia uma cultura própria e destinada a preparar o PM para sua profissão. Entretanto vimos algumas distorções, mas que caminham para mudanças.

Por ser um órgão da administração pública direta a PMPR, através da sua administração, tem que cumprir todos os princípios constitucionais previstos no *caput* do Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil para o administrador público. Para que os atos cumpram o princípio do Direito Administrativo da publicidade há o que denominamos de Boletim Geral (BG). Tal documento tem como signatário o Comandante Geral da PMPR e nele todos os atos do administrador público referentes à PMPR são exarados e tornados públicos.

Com referência ao currículo do CFSd há o aditamento ao BG nº. 022, datado de 31 de janeiro de 2006, que associado ao BG Nº. 057, de 23 de março de 2006, aprovam o atual currículo.

O currículo do CFSd contempla uma carga horária de setecentos e sessenta horas/aulas. Dessas, setecentas horas/aulas são destinadas para as aulas propriamente ditas e sessenta horas/aulas para estágios supervisionados.

As disciplinas que compõe o currículo são ministradas de forma modular, ou seja, à medida que as disciplinas iniciais vão concluindo são substituídas por aquelas consideradas intermediárias, após vêm as finais e por último os estágios supervisionados. Há uma divisão do currículo em quatro áreas de ensino: fundamental, instrumental, operacional e complementar.

A área de ensino fundamental é a que comporta a maior carga horária, quatrocentas e dez horas/aulas. Segundo publicação do BG nº. 022, de 31 de janeiro de 2006, é o “ensino fundamental, destinado a assegurar a adequada base humanística e científica, com vistas ao desenvolvimento da cultura dos integrantes da Polícia Militar”. (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim geral nº 022, 2006, p.8). Nessa área de ensino está a maior parte das disciplinas que iniciam o CFSd, objetivando um suporte inicial para que o novo integrante da PMPR construa conhecimentos básicos que o capacitarão a desenvolver a nova atividade de segurança pública.

Perfazendo um total de dezessete disciplinas temos as seguintes:

- a) fundamentos de polícia comunitária (inicial);
- b) abordagem sócio-psicológica da violência (inicial);
- c) deontologia policial-militar (inicial);
- d) armamento (inicial);
- e) tiro policial (intermediária);
- f) defesa pessoal (intermediária);
- g) pronto socorrismo (intermediária);
- h) direito constitucional (inicial);
- i) direito penal e penal militar (inicial);
- j) direitos humanos e cidadania (inicial);
- k) legislação especial (intermediária);
- l) educação física militar (inicial);
- m) procedimentos em ocorrências (intermediária);
- n) gerenciamento de crises (intermediária);
- o) informática (inicial);
- p) redação de documentos oficiais (intermediária);
- q) telecomunicações (intermediária).

A área de ensino instrumental tem uma carga horária de cento e vinte horas/aulas, abrangendo cinco disciplinas:

- a) ordem unida (inicial);
- b) história da PMPR (inicial);
- c) legislação policial-militar (inicial);
- d) prevenção e combate a incêndios (intermediária);
- e) defesa civil (intermediária).

Também segundo o BG nº. 022, de 31 de janeiro de 2006, o ensino instrumental é “destinado a assegurar o necessário embasamento técnico aos integrantes da Polícia Militar.” (*ibidem*).

A terceira área de ensino é a operacional que tem cento e setenta horas/aulas, com seis disciplinas, sendo uma intermediária e cinco finais. São elas:

- a) policiamento ostensivo geral (intermediária);
- b) policiamento ambiental (final);
- c) policiamento de trânsito (final);
- d) técnicas de abordagem (final);
- e) táticas para confrontos armados (final);
- f) operações policiais especiais (final).

Ainda segundo grafa o BG nº 022, de 31 de janeiro de 2006, o ensino operacional é “destinado a dotar o aluno do embasamento necessário à operacionalização das funções típicas da profissão.” (*op. cit.* p.9).

Finalmente temos a área de ensino complementar que, de acordo com o BG nº 022, de 31 de janeiro de 2006, é “destinado a assegurar a prática dos ensinamentos nas áreas fundamental, instrumental e operacional.” (*ibidem*). Nessa área de ensino estão os estágios supervisionados, à frente detalhados, que são considerados como etapas finais do currículo do CFSd.

Cada uma das disciplinas citadas tem plano de matéria²³ próprio onde constam os conteúdos a serem ministrados, os objetivos gerais e específicos a serem atendidos, a carga horária destinada a cada assunto, a bibliografia sugerida e outras informações que ajudarão os instrutores.

Por essas características percebidas e detalhamento apresentado fica claro que o CFSd está pautado em uma filosofia pedagógica tradicional onde o “currículo

²³ Denomina-se matéria o que na verdade é disciplina, logo o plano de matéria é o plano da disciplina, especificaremos mais à frente.

é visto como conteúdos organizados e transmitidos aos educandos, sendo o professor o elemento de comunicação e transmissão.”(VENDRUSCULO; MANZOLLI, 1996, p. 55-70).

A disciplina de fundamentos de polícia comunitária tem a finalidade de trazer assuntos referentes à filosofia de polícia comunitária, tendência mundial de se realizar o policiamento integrando os PMs à sociedade, fazendo com que eles se percebam participantes e cidadãos de uma determinada localidade.

As percepções de violência e de agressividade, os comportamentos sociais analisados pela sociologia, psicologia e antropologia são assuntos abordados na disciplina de abordagem sócio-psicológica da violência.

A deontologia PM está relacionada à ética na profissão do profissional de segurança pública. Aqui também são abordadas as qualidades, princípios e as características que o PM deve ter, ser e exercer, numa visão em prol da instituição, ou seja, sempre em primeiro plano pensando na PMPR, para depois pensar no PM, como já comentamos.

Saber manusear com maestria e conhecer peças que compõem o armamento de uso orgânico da corporação, bem desmontar e montar armas está afeto à disciplina de armamento. Ela será fundamental para a disciplina de tiro policial. Aqui também são evidenciados comportamentos e procedimentos frente a acidentes e incidentes de tiro. A disciplina de tiro policial é onde o aluno do CFSd aprenderá a atirar com armas de fogo. Aprenderá com armas curtas e longas. Saberá distinguir os tipos de munições e a composição de um cartucho. Fará tiros de precisão e tiros instintivos, em situações de normalidade, sob estresse e também em condições de pouca visibilidade.

As técnicas de defesa pessoal que estão propostas em disciplina de mesmo nome serão fundamentais para as situações cotidianas da atividade de polícia que enfrentará o futuro soldado. Por outro lado, o Pronto Socorrismo tem o objetivo de preparar o PM para intervenções imediatas frente às pessoas vítimas de traumas, quedas ou outras agressões que possam se apresentar em ocorrências ou em seu dia-a-dia.

Em Direito Constitucional o aluno do CFSd encontra informações sobre os direitos e garantias individuais e coletivos garantidos em nossa Constituição. A área do Direito é bastante desenvolvida durante o curso. Nessa área o futuro soldado tem também direito penal, onde conhece os fatos típicos, antijurídicos e culpáveis, com

os quais trabalhará. Terá também Direito Penal Militar onde tomará conhecimento de situações onde o militar pode cometer crime e responderá pelos seus atos e as consequências dos mesmos.

Os fundamentos dos direitos humanos e as bases para a cidadania são assuntos abordados em disciplina de mesmo nome. Também será abordado o uso progressivo da força, dotando o PM de capacidade técnica para saber qual o tipo de força deverá utilizar para neutralizar a que está sendo imposta pelo transgressor às leis. Ainda na seara jurídica, o aluno tem a disciplina de Legislação Especial, onde há informações sobre introdução ao estudo do Direito, para que o PM possa interpretar as leis, entendê-las e aplicá-las.

Educação Física Militar é uma das disciplinas com maior carga-horária e onde o policial terá a adequada preparação física para o desenvolvimento eficaz das atividades de policiamento ostensivo e para que seu condicionamento físico esteja e seja adequado à realidade da atividade policial.

Outra disciplina que será de fundamental importância para que o soldado possa atuar de acordo com as leis, a ética, a moral, a técnica e tática PM é a de procedimentos em ocorrências permitindo ao PM noções essenciais de procedimentos a serem adotados frente às ocorrências.

Para as situações que exijam maior elaboração para seu atendimento o soldado terá a disciplina de Gerenciamento de Crises, onde será instruído a como gerenciar situações de crises. Destaque para a atuação do primeiro interventor, até a chegada de PMs treinados especificamente para esse mister.

A formação PM, assim como outra qualquer nos dias de hoje, exige também conhecimentos da área de Informática, para tanto, essa disciplina propicia ao soldado conhecimentos para que efetue o preenchimento de documentos afetos ao atendimento das ocorrências. Associada à disciplina de informática, há a de Redação de Documentos Oficiais, onde são detalhados documentos de uso interno e externo na PMPR.

Outra disciplina importante é a de Telecomunicação onde existem informações sobre a comunicação via rádio, com seus códigos e terminologia própria.

O soldado, como já mencionamos, é um policial com característica militar, dessa forma, a disciplina de Ordem Unida apresenta conceitos e comportamentos de espírito de corpo, união, padronização e outros elementos necessários a uma

adequada formação militar. Nessa disciplina o estudante aprende a marchar, deslocar-se em forma e a desfilar, dentro do que prescrevem os regulamentos que padronizam essas condutas.

Não há povo que não tenha uma história, assim como não há instituição que não construa a sua própria. Assim o currículo do CFSd traz a disciplina de História da PMPR, onde são apresentados os mártires, líderes, fatos e acontecimentos que, mesclados à história do Estado do Paraná, marcaram também a instituição PMPR.

Os direitos, deveres e a rotina das atividades da PMPR estão evidenciados na disciplina de Legislação PM onde o futuro profissional encontra informações essenciais e importantes para sua carreira e atividades rotineiras.

Há cidades do Estado do Paraná que não estão contempladas com sedes unidades de BMs e, como um soldado que realiza um CFSd pode ser designado a trabalhar em qualquer município do Estado do Paraná, o currículo apresenta a disciplina de Prevenção e Combate a Incêndios que propicia conhecimentos técnicos superficiais para um atendimento imediato de situações de incêndio.

Para atender às diversas situações de calamidade pública, principalmente as afetas às questões ambientais, temos no currículo a disciplina de Defesa Civil. As informações de órgãos, responsabilidades, ações imediatas e intervenções necessárias são trabalhadas nessa disciplina. Para resguardar a integridade física e patrimonial das pessoas o soldado tem no currículo do seu CFSd disciplinas de cunho operacional que o capacita a desenvolver a atividade de policiamento ostensivo. A disciplina de Policiamento Ostensivo Geral se traduz em informações básicas sobre as diversas variáveis de policiamento ostensivo, tanto informações teóricas como demonstrações práticas.

Em Policiamento Ambiental o discente conhece a legislação ambiental, bem como os procedimentos para que esse tipo de policiamento possa ocorrer. Para que possa atuar no trânsito receberá informações sobre a legislação específica, ações e operações de trânsito urbano e rodoviário e outras técnicas afetadas a esse outro tipo de policiamento.

Uma das atividades mais importantes da atividade de PM são as abordagens que serão efetuadas nas mais diversas situações. Para que ocorram dentro do que a técnica determina, sem risco para os atores envolvidos, há que se primar pelos procedimentos adequados e legais a serem tomados. A disciplina de

Técnicas de Abordagem propicia esses conhecimentos que serão usados diuturnamente pelos PMs.

Para atuações mais precisas, pontuais e de repressão às ações contrárias ao ordenamento jurídico do Brasil, o PM deve ser capacitado a atuar de forma tática, empregando o conhecimento construído junto às diversas disciplinas já citadas. Para que as atuações ocorram de forma qualificada, existem duas disciplinas essenciais: Tática de Confrontos Armados e Operações PMs. Na primeira o PM aplica em rede o conhecimento adquirido em armamento, tiro, legislação e técnicas de abordagem para que possa atuar de forma legal, ética, moral e técnica em caso de ocorrências que assim o peçam, sendo essas principalmente de natureza extraordinária. Já na segunda, essas operações podem ser planejadas e visam o saneamento de alguma perturbação da ordem e da tranquilidade pública em determinado espaço de tempo e local.

Existem também os estágios supervisionados onde os discentes do CFSd serão acompanhados, coordenados e empregados para serem avaliados quanto aos procedimentos que tenham sido apresentados aos mesmos durante o transcorrer do curso. Esse momento é de extrema importância para a formação completa e integral de qualquer profissional, entretanto, para o policial-militar que trabalhará em atendimento à sociedade é ainda mais importante.

Esse estágio é dividido em duas etapas. Num primeiro momento, durante a etapa final, onde os conhecimentos técnicos e jurídicos necessários já tenham sido ministrados, mas ainda com atividades letivas, os discentes são empregados no policiamento em eventos especiais. Nestes geralmente há grande concentração de público e o número adequado de policiais-militares (PMs) permite que os oficiais e sargentos supervisores possam dar a atenção necessária que os PMs em período de formação merecem. Eles são empregados em atividades em grupos, geralmente nas entradas de estádio, com a orientação de um sargento e a supervisão de um oficial. Finda a parte teórica ministrada em sala de aula e após várias atuações nesses estágios os discentes serão empregados no estágio supervisionado de forma mais isolada e em duplas.

No estágio supervisionado em duplas há sempre o acompanhamento por rádio-comunicação e apoio com viaturas de sargentos e oficiais coordenadores do CFSd. Os coordenadores têm várias funções nos períodos de estágios. Observam, orientam, lembram e relembrem conceitos, técnicas e táticas ministradas em sala de

aula. Além dessas manifestações cabe também aos supervisores a função de verificar quais as deficiências e maiores dificuldades enfrentadas pelos estagiários do CFSd. Existe recomendação que sejam realizadas discussões em grupo com os estagiários, antes e após cada momento de estágio, objetivando a troca de experiência, já que na segunda atividade de estágio o policiamento ostensivo requer que os discentes sejam separados para a realização da atividade de segurança pública.

A padronização dos planos de matérias²⁴, disponíveis nos Anexos C a K, é fator que chama a atenção, qualifica e identifica o currículo do CFSd como sendo uma proposta tradicional de estrutura curricular. Tyler²⁵ (*apud* Silva, 2000, p. 25) nos mostra que:

a organização e o desenvolvimento do currículo deve buscar responder, de acordo com Tyler, quatro questões básicas: “1. que objetivos educacionais deve a escola procurar atingir?; 2. que experiências educacionais podem ser oferecidas que tenham probabilidade de alcançar esses propósitos?; 3. como organizar eficientemente essas experiências educacionais?; 4. como podemos ter certeza de que esses objetivos estão sendo alcançados?” As quatro perguntas de Tyler correspondem à divisão tradicional da atividade educacional: “currículo” (1), “ensino e instrução” (2 e 3) e “avaliação” (4). (SILVA, 2000, p. 25).

Os planos apresentam todos os itens que o compõem, ou seja, os objetivos a serem alcançados pelo policial em formação, os procedimentos didáticos utilizados pelo professor, o cronograma de trabalho, os recursos auxiliares de ensino e as técnicas de avaliação. Destacamos entre as estratégias de ensino as dinâmicas de grupo, aulas expositivas e palestras. Não há, portanto, dúvida quanto à forma tradicional que o currículo do CFSd está estruturado.

²⁴ Preferimos o termo plano de disciplina. Entendemos que matéria é o todo abrangido pelo CFSd. Já a disciplina corresponde às informações recebidas de forma isolada, por um único professor em determinado espaço de tempo que por interdisciplinariedade e ensino em rede se integram às outras informações formando assim o todo, a matéria do CFSd.

²⁵ TYLER, Ralph W. Princípios básicos de currículo e ensino. Porto Alegre: Globo, 1974. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

3 RESILIÊNCIA

O termo resiliência nasceu na Física com a finalidade de denominar a capacidade que alguns materiais têm de passarem por alterações na sua plástica e de retornarem à sua condição anterior quando cessa o estímulo ou a pressão a que foram submetidos. Essas alterações podem ter como fonte o calor, a pressão, a temperatura e qualquer outra que, de alguma maneira, venha a modificar o volume ou a forma do material, sendo que esse, exatamente por ser resiliente, retorna ao seu estado inicial.

O termo foi adotado por outras áreas do conhecimento e em cada área a idéia, a noção ou o comportamento resiliente são percebidos através de diferentes perspectivas. Há divergências entre autores sobre a origem etimológica da palavra, porém apesar dos impasses teóricos, é possível estabelecer, devido a inúmeras pesquisas internacionais e brasileiras, variáveis e fatores que de forma direta e indireta interferem e influenciam no enfrentamento e na superação das adversidades (PINHEIRO, 2004).

Dentro e fora do meio científico o termo resiliência vem sendo, a cada dia, mais utilizado. Há diversas publicações, artigos científicos e não-científicos, livros, revistas, matérias jornalísticas e outras formas de divulgação que vêm trazendo à tona a resiliência. Entendido de maneiras diferentes, mas tendo sempre um mesmo norte, o termo quer evidenciar a capacidade que determinadas pessoas desenvolvem ao passarem por situações adversas e saírem delas fortalecidas ou com as menores lesões possíveis, sempre se sobressaindo à condição adversa.

A resiliência também tem sido percebida em passagens bíblicas, conforme encontramos na dissertação de Lisete Barlach, apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2005), intitulada: O que é resiliência humana? Uma contribuição para a construção do conceito. A pesquisadora destaca que “o sofrimento e sua superação são temas de inúmeros relatos bíblicos, dos quais serão destacadas as histórias de Jó e de Jacó” (BARLACH, 2005, p. 12-14). Após citar a passagem bíblica de Jó e Jacó em detalhes e comentários a pesquisadora afirma:

Neste caso, não há muitos indícios, no relato bíblico, sobre a atitude interna de Jacó diante dessas adversidades. Encontram-se comentários que revelam a plasticidade emocional típica da resiliência referindo-se a ele, tais como “sete vezes cairá e sete vezes se levantará” (PARASHÁ, VAIGASH, MELAMED, 1996)²⁶. Um dos indicadores mais interessantes sobre o enfrentamento da adversidade por parte de Jacó é o fato de que, após a luta com o anjo fazer-se merecedor do nome pelo qual se tornaria conhecido o povo de Israel. A mudança de nome aqui, como em diversas outras tradições, assume o significado de elevação espiritual, o que nos induz ao entendimento de que Jacó conseguiu transcender seu sofrimento pela via de elevação espiritual, fator que é analisado por alguns autores no contexto de pesquisas acadêmicas sobre o assunto. (BARLACH, 2005, p. 14)

Algumas produções cinematográficas também são citadas por Barlach, entre elas o filme “FRIDA” e “A VIDA É BELA” .A autora as cita como exemplos da arte imitando a vida e trazendo algumas questões relacionadas “a temática da adaptação em condições de adversidade” (*op.cit.*, p. 21). Há também inúmeros relatos, científicos e empíricos, sobre pessoas importantes que marcaram suas vidas com características que evidenciam um comportamento resiliente.

Cientificamente citamos:

A vida de Clarice Lispector é um manual para se pensar sobre a capacidade de superação que o ser-humano desenvolve frente à adversidade. Ou, dito de outra maneira, sobre o seu potencial de resiliência, destacando-se seu esforço ao longo de toda a existência para encontrar um propósito para a própria vida, sua busca por autonomia e seu investimento constante em relações humanas. (ASSIS, 2006, p. 13).

Karine Bighelini, relações públicas, consultora em Comunicação Organizacional e sócia-diretora da Sharing Consultores Associados nos lembra que

O iatista Lars Grael, o modelo Ranimiro Lotufo, o músico Ray Charles, o jogador Ronaldo “o Fenômeno”, e tantos outros exemplos, relacionam situações diferentes de vida; mas, entretanto, unificam uma capacidade imprescindível para aqueles que, acima de tudo, buscam, na mudança, um processo de desenvolvimento e renovação. (BIGHELINI, 2006)

Geralmente temos nos preocupado em estudar o lado e os comportamentos negativos, como cita Ravazzola²⁷ (*apud* MELILLO; OJEDA, 2005, p. 75) “os déficits, o negativo, a doença, as falhas, os problemas e os fracassos nos fizeram

²⁶ MELAMED, Rabino Meir Matzliah. A lei de Moisés. São Paulo: Templo Israelita, 1996.

²⁷ RAVAZZOLA, Maria Cristina. Resiliências familiares. In: MELILLO, Aldo; OJEDA, Elbio Nestor Suárez (Org.). Resiliência: descobrindo as suas próprias fortalezas. Tradução: Valério Campos. Consultoria, supervisão e revisão técnica: Sílvia Helena Koller. Porto Alegre: Artmed, 2005.

considerar, mesmo sem nos darmos conta, pessoas e entidades em seus aspectos mais redutores”. A resiliência vem num rumo completamente diferente, ou seja, o pensamento está direcionado para a resolução, a resposta, ao comportamento mais adequado e não voltado para o problema. Enquanto os modelos e estudos dos déficits negam o sujeito como condutor, ator e protagonista da sua própria existência, a resiliência evidencia a autonomia para esse sujeito e requer do mesmo atitudes ativas, próativas, protagonismo e condução da sua própria vida. “Não obstante as adversidades sofridas por uma pessoa, família ou comunidade, estas têm capacidades potenciais para se desenvolver e alcançar níveis aceitáveis de saúde e bem estar” (*ibidem*). Assim podemos refletir que essas capacidades potenciais são por atos, atitudes e comportamentos de cada sujeito, família e/ou comunidade ou contextos sociais protetivos, buscando uma forma de fortalecimento no enfrentamento da adversidade.

Conforme cita Koller (1997, p. 03), “pessoas expostas a situações de risco que não desenvolvem a capacidade de resiliência são vistas como mais vulneráveis a estes eventos”. Assim consideramos que a resiliência como fundamentação teórica é primordial para essa pesquisa, vez que pretendemos entendê-la como um fenômeno e percebê-la como fator de proteção frente às adversidades da vida e do cotidiano profissional do policial-militar.

Para tanto buscamos respaldo na pesquisa de Barlach:

Dentre os inúmeros temas abordados pelos teóricos do stress, interessa ainda o campo de estudo do stress pós-traumático, fenômeno definido pelo Centro Nacional de Stress Pós-traumático americano como uma “desordem psiquiátrica que pode ocorrer após a experiência ou o testemunho de eventos ameaçadores à vida humana, tais como combates militares, desastres naturais, incidentes terroristas, acidentes sérios ou ataques pessoais, tais como estupro” (BARLACH, 2005, p. 82).

Justificamos que tal busca se dá em razão de que a atividade do policial-militar (PM) está cotidianamente ligada a situações de estresse, onde muitas vezes o profissional em pauta se vê em meio a confrontos, existindo ali o risco de morte para ele, seus companheiros e terceiros. A ameaça à vida, o bem mais precioso que temos, leva qualquer um, profissional ou não, a uma situação de altíssimo estresse. Ressaltamos que o mais importante aqui não é centrarmos nossa atenção ao estresse ou à situação de confronto mencionada, mas principal e relevantemente ao que vai ocorrer pós-trauma. retirei a vírgula

A consciência do pós-trauma como situação inevitável é motivadora para que nessa pesquisa busquemos uma evidência da construção da resiliência já na formação inicial do PM. A pesquisa de Grotberg²⁸ (*apud* MELILLO; OJEDA, 2005, p 16) nos auxilia na identificação da evidência: “nas primeiras etapas de pesquisa, identifiquei fatores resilientes e os organizei em quatro categorias²⁹ diferentes: “eu tenho” (apoio); “eu sou” e “eu estou” (relativo ao desenvolvimento da força intrapsíquica); “eu posso” (aquisição de habilidades interpessoais e resolução de conflitos).”

Cada um dos “fatores resilientes” de Grotberg (*ibidem*) são importantes e relacionados às atividades de segurança pública. Em cada um dos “fatores resilientes” são descritos comportamentos que evidenciam um comportamento resiliente como salutar frente às adversidades.

No fator resiliente “eu tenho” encontramos que, quando temos “pessoas que querem que eu aprenda a me desenvolver sozinho” conseguimos ter condutas positivas, saindo de uma heteronomia para uma autonomia, o que nos ajuda, nos dá autoconfiança e, por conseguinte, termos um comportamento resiliente. Da mesma forma, ao exemplificar o “eu sou” com o fato de ser “respeitoso comigo mesmo e com o próximo”, nos faz pensarmos que a partir do momento que nos reconhecemos como cidadãos conseguimos perceber também os outros, existindo assim respeito e tolerância, primordiais e necessários para que nossas ações possam ser resilientes.

Ainda Grotberg (*ibidem*) relaciona o “eu estou”, frente à disponibilidade de me responsabilizar por meus atos”, nos dá uma noção de proatividade frente às adversidades, ou seja, cada um de nós como protagonista de nossas atitudes e responsável pelas suas consequências. Responsabilidade é estarmos prontos para os enfrentamentos “favorecidos por relações interpessoais e contextos sociais protetivos” (KOLLER, 2009, p.188). Finalmente nos fatores resilientes Grotberg nos mostra que “encontrar alguém que me ajude quando necessito”, é acreditarmos em disponibilidade dos outros, é acreditarmos que alguém nos escutará ativamente, é podermos contar com o(s) outro(s).

²⁸ GROTERBERG, Edith Henderson. Introdução: novas tendências em resiliência. In: MELILLO, Aldo; OJEDA, Elbio Nestor Suárez (Org.). Resiliência: descobrindo as suas próprias fortalezas. Tradução: Valério Campos. Consultoria, supervisão e revisão técnica: Sílvia Helena Koller. Porto Alegre: Artmed, 2005.

²⁹ Cita MELILLO em nota de rodapé que “no trabalho original (em inglês) assinalam-se três categorias, já que os verbos “ser” e “estar” são o mesmo “to be”.

Enfatizamos que a resiliência está diretamente ligada a fatores resilientes como os que foram anteriormente citados. É, portanto, “um processo de fortalecimento construído nas trajetórias de vida de indivíduos que enfrentam grandes diversidades, mas favorecidos pelas relações interpessoais e contextos sociais protetivos” (LIBÓRIO; CASTRO; COÊLHO³⁰ in DELL’AGLIO; KOLLER; YUNES, 2006, p.188) que estamos chamados de fatores resilientes. Os autores reforçam a visão de que a resiliência é um fenômeno, “não um dom ou característica pessoal” (*ibidem*). Desta forma, muitas podem ser as manifestações deste fenômeno, motivo pelo qual Ravazzola³¹ (*apud* MELILLO; OJEDA, 2005, p.73) prefere usar o termo “resiliências”, no plural.

Por sua vez Melillo (2005, p. 62), destaca algumas características pessoais como “pilares da resiliência” que, se colocadas em ação nos momentos de adversidades e conflitos, favorecem o aparecimento de comportamentos resilientes. São elas a “introspecção”, a “independência”, a “capacidade de se relacionar”, a “capacidade de iniciativa”, o (bom) “humor”, a “criatividade”, a “moralidade” e a “autoestima consistente”. Podemos dizer que os pilares da resiliência correspondem na prática ao que os fatores resilientes querem expressar.

Ungar (2008) indica a necessidade de ultrapassarmos as concepções reducionistas de resiliência, buscando abordagem mais contextual e cultural do processo, assim, não é o foco desta pesquisa a medição da resiliência por parte de PMs, mas sua evidência e conhecimento durante o curso de formação do soldado.

Após trabalho de pesquisa sobre o tema resiliência, Barlach chegou ao seguinte construto:

A resiliência é a reconfiguração interna, pelo sujeito, de sua própria percepção e de sua atitude diante da vivência da condição da adversidade ou trauma, constituindo esta, a partir de então, fator de crescimento ou desenvolvimento pessoal. A resiliência é uma condição interna (não observável, a não ser em seus efeitos) constatada numa demanda de adaptação do indivíduo frente a uma situação excepcionalmente adversa, ou mesmo traumática, caracterizada por alto potencial destrutivo ou desintegrador das estruturas e recursos pessoais, da qual resulta o fortalecimento dessas estruturas, o crescimento pessoal, a confirmação de

³⁰ LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; CASTRO, Bernardo Monteiro de; COÊLHO, Angela Elizabete Lapa. Desafios metodológicos para a pesquisa em resiliência: conceitos e reflexões críticas. In: DELL’AGLIO, Débora Dalbosco; KOLLER, Sílvia Helena; YUNES, Maria Angela Mattar. Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

³¹ RAVAZZOLA, Maria Cristina. Resiliências familiares. In: MELILLO, Aldo; OJEDA, Elbio Nestor Suárez (Org.). Resiliência: descobrindo as suas próprias fortalezas. Tradução: Valério Campos. Consultoria, supervisão e revisão técnica: Sílvia Helena Koller. Porto Alegre: Artmed, 2005.

sua identidade, o desenvolvimento de novos recursos pessoais, constituindo-se numa reação que transcende os limites de um mero processo de adaptação. (BARLACH, 2005, p. 100)

Percebemos que a concepção de resiliência no contexto do desenvolvimento humano requer algo muito maior do que a idéia de resistir às pressões do meio ou às pressões decorrentes de relações interpessoais estressantes. Há a necessidade de avançarmos numa perspectiva de complexidade que envolve fatores de risco e de proteção cuja interação resulta num crescimento pessoal e social, em processos cognitivos que marcam os comportamentos humanos, muito além de um retorno ao estado original, tão pouco a uma simples adaptação a um novo contexto social.

Importante citar que resiliência não significa invulnerabilidade. Invulnerabilidade nos remete a algo inatingível, invencível, a aquilo que não tem vulnerabilidade. Na resiliência há a vulnerabilidade, há a exposição do sujeito a fatores adversos, situações de risco, desafios e é, justamente, nessas situações e em outras correlatas que o indivíduo resiliente apresenta adaptação, superação e/ou moldagem destinada ao crescimento ou desenvolvimento humano positivo.

Resiliência requer como fator resiliente a ação ética e moral baseada em valores. Dessa forma é importante citarmos a percepção de Yunes sobre a resiliência focada no indivíduo, mesmo que diante da complexidade do fenômeno da resiliência possa parecer a alguns como uma perspectiva individualizante:

A perspectiva no indivíduo é notória também na introdução de diversos estudos que investigam a resiliência. As questões relativas a “habilidades individuais” são em geral ilustradas com pequenas histórias de pessoas dentre as quais algumas conseguem superar os momentos de crise e outras sucumbem, apesar de todas terem trajetórias semelhantes. Desta forma, o foco no indivíduo busca identificar resiliência a partir de características pessoais, como sexo, temperamento e background genético, apesar de todos os autores acentuarem em algum momento o aspecto relevante da interação entre bases constitucionais e ambientais da questão da resiliência (YUNES, 2003, p. 7).

Assim a presença de fatores resilientes voltados a características pessoais na formação de profissionais da segurança é fator de preocupação dessa pesquisa que procura tornar o termo resiliência significativo durante o CFSd, tendo em vista que são profissionais cujo trabalho os coloca no dia a dia frente a diversas situações de adversidades.

4 METODOLOGIA

4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa é de caráter qualitativo uma vez que, como cita Bauer (2002, p. 23) “lida com interpretação das realidades sociais” e afirmam Asinelli-Luz e Luz (1999, p.31) é aplicada em “processos de descobrimento”. O campo da pesquisa foi a instituição Polícia Militar do Paraná (PMPR) e seu contexto investigado foi o processo de formação do soldado. Para sua efetivação foram planejadas duas etapas distintas e complementares entre si: a primeira, de cunho estritamente teórico, propiciou a construção da base teórica que permitiu a interpretação, análise e discussão dos dados coletados, bem como a análise documental dos elementos que compõem o currículo do Curso de Formação de Soldados (CFSd) em uso na PMPR, no ano de 2006; a segunda corresponde à etapa de campo onde o *corpus* da pesquisa foi constituído pelas informações obtidas junto a dez instrutores do curso, responsáveis por lecionarem disciplinas no curso no ano de 2006.

Para a coleta de dados junto aos instrutores na etapa de campo foi construído um questionário semi-estruturado (apêndice A) com uma pergunta fechada, nove perguntas com alternativas e suas respectivas justificativas abertas e duas perguntas abertas. Laville (1999, p. 186) argumenta a respeito de questionários com características semi-estruturadas que “tal instrumento mostra-se particularmente precioso quando o leque das respostas possíveis é amplo ou então imprevisível, mal conhecido”.

O diálogo entre os autores consultados, a análise qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados o questionário semi-estruturado e os plamas, atendem às necessidades dessa pesquisa.

Enfatizamos que o projeto da pesquisa foi anteriormente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná (UFPR) (anexo A).

4.2 VALIDAÇÃO

O instrumento de coleta de dados foi validado junto a três instrutores que ministraram aulas no CFSd no ano de 2004 e que não fazem parte dos sujeitos participantes da presente pesquisa. A seleção dos participantes ocorreu através de sorteio entre os vinte e oito instrutores que ministraram aulas no ano de 2004. Após o sorteio os instrutores sorteados foram convidados a participar da validação do questionário e todos aceitaram.

Os instrutores selecionados para validação também preencheram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)(apêndice B), sendo solicitado aos mesmos que evidenciassem as dificuldades: quanto às dúvidas encontradas; se as questões estavam claras; se a linguagem estava acessível; se havia perguntas ofensivas aos instrutores; se os questionamentos apresentavam um assunto específico; se havia induções às respostas; e outros motivos que pudessem prejudicar o entendimento e o preenchimento do questionário. Ao final, todos consideraram o preenchimento acessível, não sendo necessária nenhuma reformulação.

Também tivemos a preocupação em construir as perguntas com um único tema central, tendo em vista que “as perguntas devem se referir preferencialmente a um só aspecto ou relação lógica”. (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 1998, p. 284, tradução nossa).

Foi unânime que o termo de consentimento livre e esclarecido é de fácil compreensão e que deixa o entrevistado à vontade frente ao que propõe a pesquisa e frente à PMPR, principalmente pela aquiescência do Comandante-Geral para a realização da pesquisa. Também foi unânime o questionamento sobre o conceito de resiliência, por desconhecimento total ou por conhecimento superficial do termo por parte dos validadores. Respondemos que o instrumento tem também essa finalidade, de verificar a percepção, o entendimento e o conhecimento desse conceito pelos instrutores do ano de 2006, não havendo, portanto, preocupação se a resposta está certa ou errado.

Um dos validadores deixou de responder a questão 12, a qual pede para que o entrevistado relate objetivamente alguma ocorrência policial-militar (PM) que atendeu tomando decisões adequadas (técnica, ética, legal e moralmente) apesar

das pressões e adversidades encontradas. Segundo o entrevistado todas as decisões devem ser pautadas nesses eixos, logo existem inúmeras a serem relatadas. O entrevistado percebeu ainda esse tipo de atendimento como o essencial para a atividade PM.

4.3 SELEÇÃO DOS SUJEITOS

A seleção dos sujeitos participantes da pesquisa, nesse caso PMs instrutores, ocorreu através de um sorteio entre os vários docentes que ministraram aulas ao CFSd do ano de 2006. Antes do sorteio descartamos os instrutores que participaram da validação, os quais preencheram o TCLE e o questionário semi-estruturado, uma vez que ministraram aulas no CFSd de 2004 e também foram instrutores no CFSd 2006.

Entre os instrutores cadastrados foram sorteados inicialmente dez. Após o sorteio os mesmos foram informados quanto a presente pesquisa. Na sequência foi apresentado aos mesmos o TCLE. Sanadas as dúvidas os sorteados tiveram o livre arbítrio em participar ou não da pesquisa. Não houve casos de renúncia, sendo que todos os sorteados foram voluntários para figurarem como sujeitos dessa pesquisa. As características dos sujeitos serão discutidas e apresentadas quando da análise dos dados.

4.4 PESQUISA DE CAMPO

4.4.1 Análise documental

Os documentos que constituem o currículo do CFSd foram foco de análise na presente pesquisa tendo em vista seu objetivo de “identificar elementos que contribuem para o desenvolvimento da resiliência como fator de proteção na formação do soldado da PMPR”.

Buscamos verificar a característica do currículo do CFSd, conforme proposto por Silva (1999), que apresenta para isso três possibilidades: tradicional, crítico ou pós-crítico. Tal classificação é importante para que possamos descobrir que tipo de profissional pretendemos formar pois:

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é nosso documento de identidade. (*op. cit.*, p. 150).

Assim verificamos através da análise qualitativa exploratória documental a estrutura do currículo, as áreas de ensino, as disciplinas curriculares, os planos de ensino elaborados e apresentados pelos instrutores, a carga horária, as atividades complementares, o estágio supervisionado e outras atividades que possam identificar e contribuir para a construção do conhecimento na área proposta.

4.4.2 Questionário semi-estruturado

O questionário semi-estruturado, elaborado exclusivamente para esta pesquisa, na fase de coleta foi auto-administrado pelos sujeitos, de tal sorte que os participantes da pesquisa pudessem estar mais à vontade ao preenchimento das respostas, tendo como suporte a garantia do anonimato, de acordo com o que consta no protocolo aprovado pelo comitê de Ética da UFPR. Para a aquiescência quanto à pesquisa os sujeitos envolvidos preencheram o TCLE.

4.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DO *CORPUS*

4.5.1 Tratamento e análise do currículo

Optamos por um estudo qualitativo descritivo do *corpus*³², tendo como pressuposto que “a maioria dos estudos que se realizam no campo da educação é de natureza descritiva”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 110)

A análise descritiva do currículo nos permitiu verificar que, pelas características apresentadas, o mesmo é tradicional, pois verificamos que nele há palavras-chave que correspondem ao que Silva nos apresenta como teoria tradicional de currículo. “Ensino, aprendizagem, avaliação, metodologia, didática, organização, planejamento, eficiência e objetivos.” (SILVA, 2000, p. 17)

Para chegarmos a essa percepção fizemos a análise de dez planos de matérias (PLAMAs³³), entre as vinte e oito disciplinas existentes no currículo.

O PLAMA é um documento fornecido ao instrutor da disciplina com o objetivo de orientar, dar um mote, direcionar os conteúdos que este deverá abordar durante o transcorrer das aulas. Sua formatação nos permite diagnosticar que o currículo pertence à teoria tradicional, como podemos perceber ao verificarmos os anexos dessa pesquisa. Quando os analisamos percebemos, além da já mencionada formatação, características muito marcantes da teoria tradicional.

O primeiro item de cada PLAMA nos trás: OBJETIVOS PARTICULARES DA MATÉRIA NO CURSO. O número mínimo de objetivos particulares trazidos são dois e o máximo de objetivos particulares são quatro. Estes têm a função de orientar o instrutor para quais são os principais objetivos a serem alcançados com a respectiva disciplina. Entendemos aqui tratarem-se objetivos maiores, já que teremos para cada assunto, dentro de cada disciplina, os objetivos específicos, logo os objetivos particulares estão afetos à disciplina, enquanto os específicos estão voltados para os assuntos.

³² Aqui entendido como “um conjunto limitado de materiais determinado de antemão pelo analista.” (Bauer, 2002, p. 496).

³³ Preferimos o termo plano de disciplina. Entendemos que matéria é o todo abrangido pelo CFSd. Já a disciplina são as informações recebidas de forma isolada, passada por um único professor, em determinado espaço de tempo, que por interdisciplinaridade e ensino em rede se integram às outras informações formando assim o todo, a matéria do CFSd.

Curiosamente a malha curricular apresenta a palavra disciplinas curriculares enquanto os PLAMAs nos mostram a palavra matéria para designando o mesmo conteúdo.

Todos os PLAMAs analisados apresentam também como segundo item as UNIDADES DIDÁTICAS, variando em número de unidades de PLAMA para PLAMA. Conforme podemos perceber no quadro 1.

Em cada quadro, destinado a cada unidade didática, há uma distribuição de assuntos, com seus respectivos objetivos específicos, número de sessões, processo de ensino e meios auxiliares. Ao final de cada unidade didática há também as INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS e as REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. Percebemos ainda que existem PLAMAs que apresentam as referências bibliográficas ao final de cada unidade didática e outros que há somente uma relação de referências bibliográficas ao final.

O item terceiro está destinado à AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, nele consta o processo de avaliação, tipos de prova, tempo destinado e unidades avaliadas.

Quanto ao processo de avaliação as verificações de aprendizagem ou correntes, assim denominadas em alguns PLAMAs, podem ser provas teóricas ou práticas, ou ambas, também como vemos no quadro 1. Como informação há também o tempo destinado para o processo de avaliação. Evidenciamos que para as provas práticas há sempre um tempo maior.

Cabe também ressaltar que verificamos no PLAMA da disciplina de educação física militar a presença de dois anexos. Um deles é a tabela de testes com os exercícios físicos que serão avaliados e suas respectivas pontuações. A tabela está subdividida para as avaliações destinadas às atividades físicas praticadas pelos PMs masculinos e femininos. O segundo é uma descrição pormenorizada de todos os exercícios, como cada um deles deverá ser executado pelo aluno para que seja considerado correto.

O quarto item traz sempre a BIBLIOGRAFIA. Como já mencionamos há alguns PLAMAs que trazem também uma relação de referências bibliográficas ao final de cada unidade didática.

Área de Ensino	Disciplina	Carga horária	Número de unidades didáticas	Tipo de prova	Valores e fatores resilientes percebidos
Fundamental	Fundamentos de Polícia Comunitária	20	7	Escrita	<ul style="list-style-type: none"> - polícia comunitária como pró-ativa; - segurança do cidadão; - prevenção da proatividade; - comprometimento; - concessão de poder à comunidade; - resolução de problemas a curto e longo prazo; - personalização; - parceria; - resolução de problemas; - conselhos comunitários de segurança; - conhecimentos de aspectos teóricos; - criatividade.
Fundamental	Pronto socorrismo	20	7	Escrita	<ul style="list-style-type: none"> - conhecimentos básicos; - suporte básico à vida; - transporte de vítimas; - habilidades psicomotoras; - ser capaz; - manusear corretamente vítimas de traumas;
Fundamental	Educação física militar	40	3	Prática	<ul style="list-style-type: none"> - necessidade da educação física, para o aprimoramento do condicionamento e obtenção de saúde; - benefícios causados pela prática regular de exercícios físicos; - dieta alimentar; Malefícios da obesidade; Compreender os problemas sociais e psicológicos de um obeso; - esportes coletivos; - atividades recreativas e desportivas.
Operacional	Técnicas de abordagem	40	3	Escrita e prática	<ul style="list-style-type: none"> - aplicar as técnicas, busca e identificação de pessoas de acordo com o emprego moderado da força legal; - princípios de abordagem; - busca policial em mulheres, portadores de imunidades ou prerrogativas; - cuidados relativos à segurança e local para realização de buscas e revistas; - recusa de identificação, observando os direitos individuais e humanos do cidadão; - fundamentos legais básicos; - uso progressivo da força; - verbalização; - uso da força letal; - importância das precauções para cada situação; - observação na prova prática a postura, compostura e respeito aos direitos e garantias fundamentais.
CONTINUA					

CONTINUAÇÃO					
Área de Ensino	Disciplina	Carga horária	Número de unidades didáticas	Tipo de prova	Valores e fatores resilientes percebidos
Fundamental	Informática	20	5	Escrita	
Operacional	Policciamento ambiental	10	3	Escrita	<ul style="list-style-type: none"> - fundamentos inerentes ao meio ambiente e ecologia; - pobreza, degradação ambiental e desenvolvimento ambiental; - impactos causados ao meio ambiente por alguns setores da atividade humana; - legislação que ampara as ações do policiamento ambiental; - legislação florestal; - lei de proteção à fauna; - lei de proteção à pesca.
Instrumental	Defesa civil	10	3	Escrita	<ul style="list-style-type: none"> - identificar calamidades; - calamidades mais frequentes do Paraná; - identificar produtos perigosos; - simbologia; - providências em situações de emergências.
Fundamental	Gerenciamento de crises	20	5	Escrita	<ul style="list-style-type: none"> - estabelecer relacionamento entre características de crise e as decisões da polícia; - critérios de ação: necessidade; validade do risco; aceitabilidade legal, moral e ética; - perímetro de segurança; - influências dos critérios dos riscos de ação e decisão policial; - responsabilidade dos negociadores; - funções do primeiro interventor; - estudo de casos reais.
CONTINUA					

CONCLUSÃO					
Área de Ensino	Disciplina	Carga horária	Número de unidades didáticas	Tipo de prova	Valores e fatores resilientes percebidos
Fundamental	Direitos Humanos e Cidadania	20	4	Escrita	<ul style="list-style-type: none"> - cidadão policial; - visibilidade moral do policial; - policial promotor dos direitos humanos; - dupla responsabilidade do militar, como cidadão comum e cidadão policial; - o policial como exemplo à sociedade; - Estado democrático; - policial defensor dos direitos humanos; - consequências de suas ações e operações, se forem mal conduzidas; - razão da existência e no que consiste as organizações humanitárias; - Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas e degradantes; - condutas e procedimentos que alteram a paz social e seus reflexos sobre a tranquilidade pública; - igualdade e o policial; - discriminações: racial; condição social; da mulher; das minorias; - discriminação e abordagem policial; - segurança como necessidade básica do cidadão. - significado de cidadania; - internalização de valores; - relação policial-cidadão; - solução amistosa frente a conflitos; - valor do ser-humano; - espírito de polícia cidadã; - defesa da pessoa humana e direitos; - importância de uma Constituição para o respeito aos direitos humanos; - liberdades públicas; - proteção das liberdades; - direitos sociais; - direito de solidariedade; à paz; ao desenvolvimento; ao patrimônio comum da humanidade; à comunicação; à autodeterminação dos povos; ao meio ambiente;

QUADRO 1 - DISCIPLINAS DO CURRÍCULO DO CFSd ANALISADAS ATRAVÉS DOS PLAMAS

FONTE: O autor (2008)

A padronização dos PLAMAs (Anexos D a L) são fatores que chamam a atenção, qualificam e identificam o currículo do CFSd como pertencente à forma tradicional. Silva (2000, p. 25) nos mostra que:

A organização e o desenvolvimento do currículo deve buscar responder, de acordo com Tyler, quatro questões básicas: “1. que objetivos educacionais deve a escola procurar atingir?; 2. que experiências educacionais podem ser oferecidas que tenham probabilidade de alcançar esses propósitos?; 3. como organizar eficientemente essas experiências educacionais?; 4. como podemos ter certeza de que esses objetivos estão sendo alcançados?” As quatro perguntas de Tyler correspondem À divisão tradicional da atividade educacional: “currículo” (1), “ensino e instrução” (2 e 3) e “avaliação” (4). (TYLER³⁴, 1974, *apud* SILVA, 2000, p. 25).

Dessa forma percebemos que em todos os planos há objetivos a serem atingidos, assim como os há em todos os capítulos. São citadas as formas, dinâmicas de grupo, aulas expositivas, palestras ou outras, que os conteúdos devem ser apresentados aos estudantes. Também verificamos a indicação do tempo previsto para cada assunto ou tema. Chegamos a identificar inúmeras indicações de meios auxiliares para atender às necessidades das aulas. E finalmente o tempo destinado para as verificações ou avaliações que tem, no currículo do CFSd, a intenção de mensurar o processo ensino-aprendizagem.

Não há portanto dúvida quanto à forma tradicional que o currículo do CFSd está estruturado.

4.5.2 Tratamento e análise dos questionários

Após os preenchimentos e as entregas dos questionários os mesmo foram tratados do sentido de que suas respectivas visualizações ficassem mais evidentes. Triviños nos clarifica que:

O foco essencial destes estudos (descritivos) reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, seus professores [!], sua educação [!], sua preparação para o trabalho [!], seus valores [!], os problemas do analfabetismo, a desnutrição, as reformas curriculares, os métodos de ensino, o mercado ocupacional, [...] (TRIVINÓS, 1987, p.110).

³⁴ TYLER, Ralph W. Princípios básicos de currículo e ensino. Porto Alegre: Globo, 1974. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Os questionários que produziram o *corpus* da pesquisa apresentavam: uma questão fechada, relacionada à área de ensino da disciplina que o sujeito ministra aula; nove questões semi-estruturadas com alternativas e justificativas; e duas questões abertas;

Os dez sujeitos selecionados para o preenchimento do questionário representam aproximadamente trinta e cinco por cento dos instrutores e apresentaram a seguinte característica de amostra. Foram sorteados dez instrutores sendo nove deles do sexo masculino e um do sexo feminino, tal proporção é coerente dentro da PMPR uma vez que nosso efetivo total apresenta hoje essa proporção, com uma tendência de aumento do efetivo feminino apresentada nos últimos anos. Sendo os instrutores do quadro dos oficiais da PMPR a amostra apresentou um Capitão, sete 1º Tenentes e dois 2º Tenentes. A variação do tempo como PM apareceu com no mínimo dez anos de atividade profissional e com no máximo vinte e nove anos, ficando com uma média de dezesseis anos de atuação. O tempo como instrutor permeou o mínimo de três anos e o máximo de vinte e três anos de atividade letiva, ficando a média em onze anos de docência.

Para cada pergunta do questionário compilamos as respostas em um quadro específico, perfazendo um total de doze quadros.

1. A disciplina ministrada curricularmente no CFSd está na área de ensino?	
Área de Ensino	Questionários
Fundamental	4
Instrumental	1
Operacional	5
TOTAL	10

QUADRO 2 – REFERENTE À PERGUNTA 01 DO QUESTIONÁRIO

FONTE: O autor (2008)

Como citamos anteriormente os instrutores foram selecionados através de sorteio, assim não houve nenhuma preocupação em sorteio proporcional, ou seja, dentro das respectivas áreas de ensino. Lembramos ainda que a área fundamental apresenta dezessete disciplinas, a área instrumental cinco disciplinas e a área operacional seis disciplinas.

O quadro 3, relativo à carga horária da disciplina ficou assim:

2. A carga horária da disciplina ministrada é suficiente para trabalhar o conteúdo programático curricular?				
Área de Ensino	SIM		NÃO	
	Com justificativa	Sem justificativa	Com justificativa	Sem justificativa
Fundamental	0	1	3	0
Instrumental	0	0	1	0
Operacional	1	1	3	0
Total parcial	1	2	7	0
TOTAL	3		7	

QUADRO 3 – REFERENTE À PERGUNTA 02 DO QUESTIONÁRIO

FONTE: O autor (2008)

Fica evidente a insatisfação dos instrutores com a carga horária. Sete acreditam que a carga horária não é suficiente. Também a maioria justificou sua resposta, tivemos oito justificativas apresentadas. Fato importante é o recorte às respostas negativas em que todos justificaram. Dentre as resposta afirmativas apenas uma foi justificada sendo que Bravo³⁵ nos apresentou uma condicionante à

³⁵ Utilizaremos para localizar os sujeitos dessa pesquisa uma denominação tipicamente voltada à área de radiocomunicação. Para tanto os sujeitos serão assim identificados: sujeito 1, Alfa; sujeito 2, Bravo; sujeito 3, Charlie; sujeito 4, Delta; sujeito 5, Eco; sujeito 6 Fox; sujeito 7, Golf; sujeito 8, Hotel; sujeito 9 Índia; e sujeito 10, Joliet.

sua aceitação da carga horária, com a seguinte justificativa *“porém a carga horária para a realização de atividades práticas poderia ser ampliada”*.

Fato importante a essa observação é que a disciplina que Bravo ministra está na área operacional, a qual tem na sua maior parte atividades de cunho prático e voltada à atividade operacional propriamente dita.

Por sua vez Charlie que não concorda com a carga horária atual diz que *“nem sempre é possível aliar a parte teórica à prática (com eficácia), na carga horária prevista”*. O que na verdade vem ao encontro com a justificativa de Bravo.

Na mesma esteira vem a justificativa de Delta enfatizando que *“a carga horária permite repassar os conteúdos, mas não permite a realização de exercícios práticos a ponto de internalizar a técnica”*.

Porém não apenas a preocupação com a parte técnica se apresentou nas justificativas. Hotel por sua vez justificou que *“10 h/a não se consegue estabelecer um parâmetro ético moral que a profissão PM exige”*. Hotel ministra disciplina da área fundamental.

Corroborando com essa linha aparece a escrita de Eco, *“pois há necessidade de acompanhamento individualizado para melhora mais intensa, bem como para inserir diálogos que irão auxiliar na formação de um bom profissional PM.”*

Até o presente momento o questionário abordava aspectos estruturais do currículo. O quadro 4 começa a nos revelar uma relação desses aspectos estruturais com o tema central dessa pesquisa que é a presença de fatores resilientes evidenciados ou não durante a prática letiva pelos instrutores que contribuirão para a evidencia da resiliência nos futuros PMS.

Assim como o quadro 3, o 4 faz referência à questão da carga horária, porém nesse relacionando com a possibilidade ou não de serem trabalhados temas, de forma generalizada, além dos especificados nos planos de matéria.

Percebemos aqui que metade dos instrutores diz que há essa possibilidade de trabalho enquanto a outra diz que não. Mais uma vez vemos que setenta por cento justificaram suas respostas.

Há ainda uma evidente preocupação com a parte técnica, como cita Jouliet que mesmo dizendo que a carga horária não permite a abordagem complementa *“mas, mesmo assim, no meu caso, consigo fazer ajustes no sentido de que façam pesquisas em casa no horário fora da sala de aula”*.

3. A carga horária da disciplina ministrada propicia a possibilidade de serem trabalhados, além do conteúdo programático técnico, assuntos que contribuam para uma formação moral, baseada em valores?				
Área de Ensino	SIM		NÃO	
	Com justificativa	Sem justificativa	Com justificativa	Sem justificativa
Fundamental	0	1	3	0
Instrumental	0	1	0	0
Operacional	2	1	2	0
Total parcial	2	3	5	0
TOTAL	5		5	

QUADRO 4 – REFERENTE À PERGUNTA 03 DO QUESTIONÁRIO

FONTE: O autor (2008)

Hotel por sua vez faz referência à sua resposta anterior reafirmando que *“conforma já relatado na pergunta anterior 10 h/a não se consegue estabelecer parâmetro ético moral que a profissão PM exige”*.

O posicionamento de Golf, *“não se tem tempo para envolver simultaneamente profissionais das áreas mencionadas”* nos revelou dois pontos contrastantes: a preocupação em bem tratar os temas abordados na pergunta, porém por profissionais; e a insegurança do próprio instrutor em trabalhar temas voltados à humanização.

Entretanto o posicionamento de Delta é bastante relevante afirmando que *“procuro abordar temas do tipo: o papel da polícia na sociedade; o policial e sua família são clientes do trabalho da polícia; trate todas as pessoas da mesma forma que você gostaria de ser tratado...”*.

Tanto Bravo nos apresenta a preocupação em que o programa seja *“enriquecido com uma maior interdisciplinaridade”*.

A partir da questão quatro, a qual será apresentada através do quadro 5, abaixo, nos revela as impressões dos instrutores quanto a valores de forma mais específica, os quais como delineou esta pesquisa são apresentados como pilares da resiliência e/ou fatores resilientes.

4. Você procura demonstrar ao Aluno do CFSd a necessidade de aprender os conteúdos para que possa resolver as ocorrências policiais militares, tomando decisões adequadas e imediatas?				
Área de Ensino	SIM		NÃO	
	Com justificativa	Sem justificativa	Com justificativa	Sem justificativa
Fundamental	2	2	0	0
Instrumental	0	1	0	0
Operacional	5	0	0	0
Total parcial	7	3	0	0
TOTAL	10		0	

QUADRO 5 – REFERENTE À PERGUNTA 04 DO QUESTIONÁRIO

FONTE: O autor (2008)

De forma unânime, fato esse que se repetirá até o quadro 11, como veremos na sequência dessa seção, os instrutores revelaram que demonstram a necessidade do aluno soldado aprender conteúdos que o ajudarão a tomar decisões adequadas e imediatas.

Novamente vemos uma maior parcela de respostas justificadas e com argumentos contundentes.

Jouliet demonstra a preocupação que devemos ter com conteúdos que serão, com toda certeza, o cotidiano da atividade PM, pois entende *“que hoje é uma necessidade trazer a realidade externa para a sala de aula, tendo em vista os acontecimentos diários envolvendo o nosso policial em várias ocorrências, as quais*

se não forem abordadas em sala de aula, após o término do curso, muitas vezes não poderá sequer resolvê-los por não saber ou por não ter sido passado em sala de aula”. Autonomia presente no discurso.

Fox, que trabalha com disciplina da área operacional, é ainda mais enfático ao relatar que *“na minha disciplina isto é questão de vida ou de morte”*. Demonstrando que o conteúdo será de fundamental importância, que dele dependerá a vida do PM e de outras pessoas.

Corroborando com nossa análise aparece o esclarecimento de Delta para o qual é fundamental *“mostrar para o aluno a necessidade dele se preparar bem para o cumprimento da sua missão, alertando sobre as consequências negativas advindas de um procedimento inadequado, tanto para a comunidade como para ele próprio”*.

Da área de ensino fundamental temos o posicionamento mais cauteloso de Bravo que justifica que *“todas as suas decisões devem estar pautadas na Lei”*.

O quadro 6 nos apresenta a importância da autoconfiança para tomar as decisões. Este quadro é o que apresenta o menor índice de justificativas, porém expressivos posicionamentos.

Para Joullet essa autoconfiança está relacionada à informação atualizada, como podemos perceber na sua justificativa: *“hoje a nossa sociedade, em virtude dos acontecimentos mundiais, as informações, seja por mídia televisiva, jornalística ou ainda internet, está muito mais informada do que antigamente, se o nosso profissional ficar distante dessas informações nunca poderá tomar as decisões corretas, dessa forma com certeza faltará a ele a autoconfiança”*.

Por sua vez Hotel faz uma analogia, diz que *“um profissional, em nossa área de atuação (segurança pública), inseguro passa a representar para o público insegurança pública”*.

Percebemos a presença da ética e da moral em várias falas, como suporte para a autoconfiança, destacamos entre elas a de Delta, *“para ter autoconfiança é preciso estar bem preparado e, dessa forma, as conversas com o aluno são neste sentido: “procure se preparar através do estudo, do treinamento e aja sempre de acordo com os princípios éticos e morais”*.

5. Você procura demonstrar ao Aluno do CFSd a importância de ter autoconfiança para tomar as decisões em suas atividades profissionais?				
Área de Ensino	SIM		NÃO	
	Com justificativa	Sem justificativa	Com justificativa	Sem justificativa
Fundamental	3	1	0	0
Instrumental	0	1	0	0
Operacional	3	2	0	0
Total parcial	6	4	0	0
TOTAL	10		0	

QUADRO 6 – REFERENTE À PERGUNTA 05 DO QUESTIONÁRIO

FONTE: O autor (2008)

A questão do respeito aos outros é seriamente comentada pelos instrutores que justificaram suas respostas, chegando ao ponto de Jouliet citar *“tiro da cabeça deles aquela idéia de que o policia militar pode tudo, passar por cima de leis e regulamentos, nossa sociedade já está livre da ditadura, por isso os nossos policiais precisam evoluir no tempo e nas atitudes, já passou a época em que tudo se resolvia na pancada, hoje vale muito mais trabalhar exemplos positivos”*. Percebemos no início da afirmação de Jouliet uma ligeira preocupação com a instituição, ou seja o foco coletivo, porém o final é bastante preciso quanto direciona os exemplos positivos.

Em várias argumentações percebemos o enfoque da reciprocidade, respeitar para ser respeitado. Hotel esclarece *“basta que o PM se coloque no lugar da pessoa que está recebendo o serviço policial”*. Delta completa *“trate como você gostaria de ser tratado, trate as pessoas como você gostaria que um familiar ou ente querido fosse tratado”*. E Bravo finaliza *“ao atender a população (o PM) não presta um favor e sim um dever para o qual voluntariamente se apresentou”*.

6. Você procura demonstrar ao Aluno do CFSd o respeito aos outros como um dever no atendimento de ocorrências policiais militares e no desenvolvimento de suas atividades profissionais?				
Área de Ensino	SIM		NÃO	
	Com justificativa	Sem justificativa	Com justificativa	Sem justificativa
Fundamental	3	1	0	0
Instrumental	0	1	0	0
Operacional	4	1	0	0
Total parcial	7	3	0	0
TOTAL	10		0	

QUADRO 7 – REFERENTE À PERGUNTA 06 DO QUESTIONÁRIO

FONTE: O autor (2008)

Na sequência temos o quadro 8, que junto com o quadro 6 apresenta o menor índice de justificativas de resposta. Porém estas são tão profundas e marcantes quanto as argumentações do quadro 6.

Percebemos uma intensa demonstração por parte dos instrutores de que o auto-respeito leva ao respeito ao próximo. Nesse sentimento evidenciamos a percepção de Alfa *“pois somente através do auto-respeito ele poderá respeitar as demais pessoas com as quais deve relacionar-se”*. Também de importante argumentação é o depoimento de Delta, *“pois somente através do auto-respeito é que o ser-humano conquista o respeito das outras pessoas, sendo que, no caso policial a responsabilidade acaba interagindo com a sua função e com a condição de autoridade pública”*. A diferença marcante entre os comentários está na canalização da atividade policial expressada por Delta. Com isso percebemos que o fator da evidência ao qual o ser-humano policial-militar é colocado torna-se mais um elemento importante a ser destacado pelo instrutor.

7. Você procura demonstrar ao Aluno do CFSd o auto-respeito como um dever da pessoa e do profissional?				
Área de Ensino	SIM		NÃO	
	Com justificativa	Sem justificativa	Com justificativa	Sem justificativa
Fundamental	3	1	0	0
Instrumental	1	0	0	0
Operacional	2	3	0	0
Total parcial	6	4	0	0
TOTAL	10		0	

QUADRO 8 – REFERENTE À PERGUNTA 07 DO QUESTIONÁRIO

FONTE: O autor (2008)

Corroborando com essa linha de raciocínio vem a justificativa de Joullet dizendo que *“somos (policiais militares) no mundo externo aos quartéis exemplos, e desta forma temos que ser exemplos positivos a serem seguidos”* ou seja, a evidência da função PM coloca o profissional em destaque, logo não basta que ele seja exemplo, ele devera ser um exemplo positivo.

Golf nos apresenta um ponto de vista bastante interessante pois segundo ele *“a pessoa tem que se gostar para gostar dos outros”* estendendo seu entendimento para *“aquele que não se respeita não consegue valorizar-se e tão pouco valorizar os seus semelhantes”*.

O quadro 09, a seguir, refere-se à pergunta que teve o maior número de justificativas. Noventa por cento das respostas foram apresentadas com argumentações.

8. Você procura demonstrar ao Aluno do CFSd que todos os atos tomados durante o desenvolvimento da atividade como profissional de segurança pública é de sua própria responsabilidade?				
Área de Ensino	SIM		NÃO	
	Com justificativa	Sem justificativa	Com justificativa	Sem justificativa
Fundamental	3	1	0	0
Instrumental	1	0	0	0
Operacional	5	0	0	0
Total parcial	9	1	0	0
TOTAL	10		0	

QUADRO 9 – REFERENTE À PERGUNTA 08 DO QUESTIONÁRIO

FONTE: O autor (2008)

Aparecem justificativas de vários enfoques. Desde as voltadas para a preocupação com o ser-humano PM, ou seja pensando o individual, como àquelas voltadas para a preocupação com a instituição, ou seja o coletivo, a PMPR.

Percebemos que todas as justificativas estão direcionadas a uma preocupação com a consequência da decisão.

As preocupações voltadas para o indivíduo vão de aspectos emocionais a aspectos legais. Quanto ao primeiro aparece claramente em Bravo que cita *“procuro demonstrar os possíveis caminhos estabelecidos pela legislação, evitando as decisões apenas sentimentais”*. Referente ao segundo aspecto vemos a manifestação de Delta, *“especialmente no que se refere aos desvios de comportamento e de conduta”*.

A autonomia das decisões também aparece aqui estampada quando Hotel nos relata que *“sempre conscientizando de que temos o livre arbítrio para a tomada de nossas decisões e de acordo como semearmos iremos colher.”*

Novamente os exemplos vêm à nossa presença, na fala de Joullet: *“exemplifico casos de policiais que foram aquém de suas responsabilidades e foram punidos com essa atitude, assim também como os que não fizeram o que deveriam fazer e também foram responsabilizados.”* Vemos também a importância dada à dosimetria das ações do PM.

Observação importante também vem de Eco que relata: *“inclusive quando toma a decisão de obedecer ou não ordem superior. Porém é algo difícil de ser compreendido por ele”* percebemos aqui uma questão fundamental voltada à formação do soldado a de adaptabilidade à vida na caserna, à hierarquia e disciplina.

Também na justificativa de Delta percebemos a preocupação do instrutor em externalizar ao aluno soldado não somente sobre as consequências diretamente ligadas à sua pessoa, mas as que possam atingir sua família. *“Alertando-o sobre as consequências para a instituição, para ele próprio e, principalmente, para sua família.”*

As respostas e justificativas sobre a necessidade de uma iniciativa, com ações positivas, estão representadas pelo quadro 10.

Observamos que sujeitos relataram uma percepção de relação direta da atividade PM com a iniciativa que o futuro profissional de segurança deverá apresentar à sociedade.

Joullet relata que *“como já foi dito antes, o policial militar deve ser um exemplo a ser seguido, todo lugar em que ele chega, seja para atender uma ocorrência ou quando estiver passando por ela, as pessoas imaginam que o nosso profissional tomará à frente daquela ocorrência e com isso irá solucioná-la, muitas vezes nem sabendo se é a nossa responsabilidade. Exemplo: fechamento de um estabelecimento por não possuírem alvará de funcionamento.”* Em encontro ao pensamento de Joullet vem o de Eco que traz a *“responsabilidade sua não é estancada nas ordens que recebe, mas sim nas 24h de seu dia”*. Mais uma vez a autonomia para as decisões vem, agora junto com a iniciativa, citando inclusive que a vida e função do PM são de vinte e quatro horas por dia.

Ainda nessa linha de raciocínio percebemos o pensamento de Delta que junto aos seus alunos do CFSd tenta *“conscientizar o policial do anseio da sociedade no que diz respeito a uma “resposta” por parte do policial quando do atendimento de cada ocorrência, por menor que possa parecer o problema”*.

9. Você procura demonstrar ao Aluno do CFSd a importância da iniciativa, para atender as solicitações de segurança pública, com ações positivas frente à sociedade que venha a proteger?				
Área de Ensino	SIM		NÃO	
	Com justificativa	Sem justificativa	Com justificativa	Sem justificativa
Fundamental	3	1	0	0
Instrumental	0	1	0	0
Operacional	5	0	0	0
Total parcial	8	2	0	0
TOTAL	10		0	

QUADRO 10 – REFERENTE À PERGUNTA 09 DO QUESTIONÁRIO

FONTE: O autor (2008)

Há também a preocupação em demonstrar ao futuro PM, como justifica Bravo, que *“ele não precisa ser herói, devendo sempre avaliar as situações através de critérios técnicos, porém a necessidade da iniciativa como parte do trabalho diário do policial”* conforme demonstra a preocupação e justificativa de Charlie.

Outro fator importante que encontramos nas justificativas aponta para uma iniciativa voltada para a prevenção e não somente uma iniciativa imediatista diante da situação problema emergencial. Hotel muito bem relata essa preocupação ao escrever que *“este é um ponto fundamental para o nosso profissional, pois em não tendo iniciativa não poderá atender ao nosso principal objetivo no tocante à Segurança Pública que é PREVENIR, antecipar-se aos acontecimentos”*. Percepção também evidenciada por Golf, *“a prevenção exige a iniciativa policial”*.

O quadro 11 apresenta a última questão com alternativas seguida de justificativa à qual está relacionada ao fato do profissional de segurança pública buscar as ajudas adequadas, no sentido de atender as necessidades da comunidade que irá prestar seus serviços.

10. Você procura demonstrar ao Aluno do CFSd que resolver as questões de segurança pública da sociedade deverá buscar ajuda quando sentir necessidade?				
Área de Ensino	SIM		NÃO	
	Com justificativa	Sem justificativa	Com justificativa	Sem justificativa
Fundamental	3	1	0	0
Instrumental	0	1	0	0
Operacional	4	1	0	0
Total parcial	7	3	0	0
TOTAL	10		0	

QUADRO 11– REFERENTE À PERGUNTA 10 DO QUESTIONÁRIO

FONTE: O autor (2008)

Novamente todos os sujeitos indicaram que demonstram aos alunos essa necessidade, sendo que das dez respostas sete apresentaram justificativas.

As argumentações apresentadas estão ligadas à filosofia de polícia comunitária, de que a segurança pública, como a própria Constituição Federal menciona é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, como podemos perceber nas afirmações de Joullet de que *“a responsabilidade da segurança pública não está somente sobre a pessoa do policial militar, e sim sobre os órgãos do governo federal, estadual e municipal, cada qual tem a sua fatia de responsabilidade, assim como a sociedade também é responsável pela segurança, quando não denunciam qualquer crime que ocorra, quando tomam conhecimento de fatos e não os levam ao conhecimento de quem de direito.”*

Um pensamento pouco menos legalista, mais voltado a atender aos anseios pessoais do PM aparece nas informações prestadas por Hotel que, segundo ele, procura demonstrar *“sempre a importância do trabalho em equipe, e que diante de uma tomada de decisão, onde paira dúvidas devemos recorrer aos nossos*

superiores, pares e até mesmo subordinados e dessa forma praticarmos a virtude da humildade”.

Vemos ainda uma união dos pensamentos na percepção de Golf o qual escreve que *“uma decisão tomada com dúvidas implicará em consequências sem proporções”.*

Consequimos também perceber que o próprio instrutor procura, já como de exemplo de fatores resilientes aqui identificados, lembrar a importância da iniciativa, como fator fundamental para que essa ajuda seja solicitada, como vemos na afirmação de Eco, *“o aluno precisa ter iniciativa em resolver, como também em buscar auxílio para isso. Dependerá muito da educação que recebe para fazê-lo, bem como suas crenças pessoais.”*

Para finalizar apresentamos as informações de Bravo que é enfático em demonstrar a real necessidade dessa ajuda com a afirmação de que ela sempre é importante pois *“existem órgãos com competências específicas e que podem nos auxiliar.”*

As duas próximas questões a serem descritas são abertas.

A primeira está relacionada ao conceito de resiliência. Para que o sujeito ficasse à vontade, nosso questionamento foi abrangente. Perguntamos o que o sujeito entendia por resiliência?

Podemos verificar que oitenta por cento dos sujeitos responderam à pergunta. Dentre as respostas tivemos várias pontuações importantes. A seguir apresentaremos na íntegra as percepções que os sujeitos apresentaram sobre o termo.

Alfa: *“é a capacidade de superação de obstáculos, frente a situações críticas”.*

Bravo: *“entendo que ela seja a capacidade de administrar, resolver, absorver de forma positiva as pressões e impactos sofridos”.*

Charlie: *“a capacidade que o policial tem em tomar atitudes e decisões, mediante uma situação/ambiente adverso”.*

Delta: *“li um artigo sobre esse tema. É a capacidade de adaptação, de reorganização e de certa maleabilidade psíquico-emocional no que se diz respeito ao enfrentamento das adversidades, não se deixando abalar diante das dificuldades”.*

11. O que você entende por resiliência?		
Área de Ensino	Respondida	Não respondida
Fundamental	2	2
Instrumental	1	0
Operacional	5	0
Total parcial	8	2
TOTAL	10	

QUADRO 12 – REFERENTE À PERGUNTA 11 DO QUESTIONÁRIO

FONTE: O autor (2008)

Eco: *“capacidade de adaptação, principalmente ao inesperado”*.

Fox: *“o termo resiliência é utilizado para definir um material que ao sofrer um impacto tem uma grande capacidade de resistência elástica de retornar ao seu “estatus quo”. Utilizando uma analogia acredito que tudo gira em torno do bom senso”*.

Golf: *“capacidade de superarmos os obstáculos para melhor desenvolver uma certa atividade”*.

Hotel: *“resistência ao choque. Autocontrole diante dos acontecimentos. Domínio emocional. Isto ... da sua saúde emocional”*.

Índia e Joullet não responderam à questão.

A próxima pergunta, também aberta, solicitava aos sujeitos que relatassem objetivamente alguma ocorrência PM que tivessem atendido em que foram tomadas decisões abrangendo aspectos técnicos, éticos, legais e morais, mesmo diante de pressões e adversidades encontradas.

12. Relate objetivamente alguma ocorrência policial militar que você atendeu tomando decisões adequadas (técnica, ética, legal e moralmente) apesar das pressões e adversidades encontradas.		
Área de Ensino	Respondida	Não respondida
Fundamental	3	1
Instrumental	1	0
Operacional	5	0
Total parcial	9	1
TOTAL	10	

QUADRO 13 – REFERENTE À PERGUNTA 12 DO QUESTIONÁRIO

FONTE: O autor (2008)

Obtivemos apenas uma não resposta, sendo a de Índia que igualmente não se manifestou quanto à resiliência. Da mesma forma transcreveremos as citações para que possamos fazer uma comparação com a resposta anterior.

Alfa: *“um exemplo interessante foi a morte de uma família em um acidente de trânsito. Todos no local ficaram chocados, mas a resiliência nos fez reunir o grupo de profissionais no local e analisar a melhor forma de agir, apesar do trauma a todos”*.

Bravo: *“queriam que eu conduzisse um preso para uma audiência sem que para isso fosse necessário o uso de força, pois havia uma requisição judicial. Expliquei que a condução coercitiva é possível, porém, com base no artigo 185 do CPP (Código de Processo Penal) o juiz deve requisitá-la. Não sendo tal competência delegada aos ... do presídio ou qualquer policial”*.

Charlie: *“ocorrência envolvendo tomada de refém, onde através da negociação, isolamento do local, convencimento do marginal em “largar” a arma e libertar o refém, serviu para alcançar o sucesso na ocorrência policial”*.

Delta: *“posso mencionar as ocorrências de trânsito do tipo sabe com quem está falando... Ocasão em que foram tomados os procedimentos de praxe, ou seja, foi dado o encaminhamento legal apropriado, de acordo com a irregularidade, ademais, este entrevistado sempre procurou usar os preceitos supra mencionados no atendimento de todas as ocorrências”*.

Eco: *“uma simples, de trânsito, onde uma senhorita ultrapassou o sinal vermelho e após a multa realizada tive que me “explicar” ao comandante pois era sua amiga, sendo que ele queria que fosse cancelada a notificação. Três policiais estavam envolvidos e acharam absurdo, pois durante a abordagem ela desobedeceu a ordem de parada após passar o sinal vermelho na frente da viatura desta Oficial”*.

Fox: *“situação de um bloqueio de via devido a um atropelamento, onde populares exigiam uma lombada no local. Com a presença da tropa e técnicos de negociação a situação foi resolvida sem o emprego da força”*.

Golf: *“prisão de um policial militar da ativa por tráfico de drogas”*.

Hotel: *“certa feita tive que realizar uma intervenção em uma ocorrência pela natureza “direção perigosa”, sendo que a pessoa envolvida era um empresário de destaque, sendo que diante da minha postura de encaminhamento conforme prevê a Lei recebi proposta de fazer vistas grossas, haja vista a repercussão dos fatos a tal pessoa. Mesmo diante das pressões e adversidades encontradas mantive uma postura técnica, ética e legal. Postura esta que todo profissional de Segurança Pública deverá possuir”*.

Jouliet: *“um caso de um indivíduo que entrou numa locadora de mão armada, roubou e ainda estuprou as duas atendentes. No momento em que o indivíduo foi preso as moças narraram os fatos, o pai delas já se encontrava no local da ocorrência, ele foi até o seu carro pegou uma arma e disse que iria matar o indivíduo, ele foi desarmado, e conduzido para a Delegacia local por porte ilegal de arma e o indivíduo foi conduzido também para a Delegacia por roubo e estupro”*

Apresentaremos agora quadro 14, um correlacional que irá ajudar no clareamento e correlação dos dados, apresentado nas duas últimas perguntas.

Sujeito	11. O que você entende por resiliência?	12. Relate objetivamente alguma ocorrência policial militar que você atendeu tomando decisões adequadas (técnica, ética, legal e moralmente) apesar das pressões e adversidades encontradas.
Alfa	<i>“é a capacidade de superação de obstáculos, frente a situações críticas”.</i>	<i>“um exemplo interessante foi a morte de uma família em um acidente de trânsito. Todos no local ficaram chocados, mas a resiliência nos fez reunir o grupo de profissionais no local e analisar a melhor forma de agir, apesar do trauma a todos”.</i>
Bravo	<i>“entendo que ela seja a capacidade de administrar, resolver, absorver de forma positiva as pressões e impactos sofridos”.</i>	<i>“queriam que eu conduzisse um preso para uma audiência sem que para isso fosse necessário o uso de força, pois havia uma requisição judicial. Expliquei que a condução coercitiva é possível, porém, com base no artigo 185 do CPP (Código de Processo Penal) o juiz deve requisitá-la. Não sendo tal competência delegada aos ... do presídio ou qualquer policial”.</i>
Charlie	<i>“a capacidade que o policial tem em tomar atitudes e decisões, mediante uma situação/ambiente adverso”.</i>	<i>“ocorrência envolvendo tomada de refém, onde através da negociação, isolamento do local, convencimento do marginal em “largar” a arma e libertar o refém, serviu para alcançar o sucesso na ocorrência policial”.</i>
Delta	<i>“li um artigo sobre esse tema. É a capacidade de adaptação, de reorganização e de certa maleabilidade psíquico-emocional no que se diz respeito ao enfrentamento das adversidades, não se deixando abalar diante das dificuldades”.</i>	<i>“posso mencionar as ocorrências de trânsito do tipo sabe com quem está falando... Ocasão em que foram tomados os procedimentos de praxe, ou seja, foi dado o encaminhamento legal apropriado, de acordo com a irregularidade, ademais, este entrevistado sempre procurou usar os preceitos supra mencionados no atendimento de todas as ocorrências”.</i>
Eco	<i>“capacidade de adaptação, principalmente ao inesperado”.</i>	<i>“uma simples, de trânsito, onde uma senhorita ultrapassou o sinal vermelho e após a multa realizada tive que me “explicar” ao comandante pois era sua amiga, sendo que ele queria que fosse cancelada a notificação. Três policiais estavam envolvidos e acharam absurdo, pois durante a abordagem ela desobedeceu a ordem de parada após passar o sinal vermelho na frente da viatura desta Oficial”.</i>
Fox	<i>“o termo resiliência é utilizado para definir um material que ao sofrer um impacto tem uma grande capacidade de resistência elástica de retornar ao seu “estatus quo”. Utilizando uma analogia acredito que tudo gira em torno do bom senso”.</i>	<i>”situação de um bloqueio de via devido a um atropelamento, onde populares exigiam uma lombada no local. Com a presença da tropa e técnicos de negociação a situação foi resolvida sem o emprego da força</i>
Golf	<i>“capacidade de superarmos os obstáculos para melhor desenvolver uma certa atividade”.</i>	<i>“prisão de um policial militar da ativa por tráfico de drogas”.</i>
CONTINUA		

CONCLUSÃO		
Sujeito	11. O que você entende por resiliência?	12. Relate objetivamente alguma ocorrência policial militar que você atendeu tomando decisões adequadas (técnica, ética, legal e moralmente) apesar das pressões e adversidades encontradas.
Hotel	<i>“resistência ao choque. Autocontrole diante dos acontecimentos. Domínio emocional. Isto ... da sua saúde emocional”.</i>	<i>“certa feita tive que realizar uma intervenção em uma ocorrência pela natureza “direção perigosa”, sendo que a pessoa envolvida era um empresário de destaque, sendo que diante da minha postura de encaminhamento conforme prevê a Lei recebi proposta de fazer vistas grossas, haja vista a repercussão dos fatos a tal pessoa. Mesmo diante das pressões e adversidades encontradas mantive uma postura técnica, ética e legal. Postura esta que todo profissional de Segurança Pública deverá possuir</i>
Índia	Não houve resposta.	Não houve resposta
Jouliet	Não houve resposta.	<i>“um caso de um indivíduo que entrou numa locadora de mão armada, roubou e ainda estuprou as duas atendentes. No momento em que o indivíduo foi preso as moças narraram os fatos, o pai delas já se encontrava no local da ocorrência, ele foi até o seu carro pegou uma arma e disse que iria matar o indivíduo, ele foi desarmado, e conduzido para a Delegacia local por porte ilegal de arma e o indivíduo foi conduzido também para a Delegacia por roubo e estupro”</i>

QUADRO 14 – COMPARATIVO DAS RESPOSTAS REFERENTES ÀS PERGUNTAS 11 E 12

FONTE: O autor (2008)

4.5.3 Análise do *corpus*

Na análise descritiva do *corpus* verificamos que há uma proporção relativamente maior de conteúdos técnicos em relação aos conteúdos que propiciem uma formação moral, em se falando da análise do currículo. Já a análise dos dados obtidos, junto aos instrutores, nos mostrou que há evidência de conteúdos direcionados à formação moral associado aos conteúdos técnicos.

O currículo do CFSd nos apresenta vinte e oito disciplinas distribuídas em três áreas de ensino, fundamental, instrumental e operacional. Dessa forma a carga horária de aulas do currículo é de setecentas horas aulas, mais sessenta horas de estágio supervisionado.

Fizemos análise de dez disciplinas e percebemos que assim como existem disciplinas com conteúdos voltados para a formação moral e profissional, há outras extremamente direcionadas à formação técnica e profissional.

Percebemos, entretanto que ainda há uma ênfase bastante evidente à formação técnica. A disciplina de Informática, analisada minuciosamente, não apresentou nenhum assunto considerado nesse trabalho como fator de resiliência, ou que propiciasse a mesma.

As disciplinas que apresentam maior direcionamento à formação moral procuram de forma clara e transparente estabelecer um maior vínculo da instituição PM com a sociedade, e para que isso aconteça é necessário o protagonismo do PM, do ser-humano PM, com ator e autor de sua história profissional junto à comunidade que irá atender.

Constatamos também que há uma necessidade de carga horária maior. Percebemos ainda que mesmo para trabalhar a disciplina somente de forma técnica há dificuldade, principalmente quando essa disciplina exige parte teórica e prática. Apontamos essa percepção claramente na fala de Bravo que, apesar de dizer que a carga horária era suficiente, justificou que a *“carga horária para a realização de atividades práticas poderia ser ampliada”*.

Há também uma insegurança demonstrada por alguns instrutores em trabalhar conteúdos de formação moral ou para que sejam abordadas questões relacionadas à formação técnica e à formação moral de forma concorrente por ele mesmo, Golf relata que *“não se tem tempo para envolver simultaneamente profissionais das áreas mencionadas”*.

Há fortes evidências, em algumas disciplinas, de uma formação direcionada a uma formação moral, citamos, como exemplos, as disciplinas de Fundamentos de Polícia Comunitária e Direitos Humanos e Cidadania. Ambas apresentam inúmeras contribuições à formação moral. As informações e a formação que as duas propõem vão ao encontro a uma *“questão fundamental na educação moral”* (DELVAL, 2006, p. 59) a de que *“o indivíduo compreenda a necessidade de regras, de suas prescrições e de sua idoneidade, para dessa forma atingir a autonomia de conduta.”* (*ibidem*).

Assim percebemos que curricularmente há preocupação da formação de um profissional de segurança pública autônomo, entendido aqui como aquele que será capaz de tomar decisões sozinho, decisões essas que serão de profunda

importância para o desenvolvimento de suas atividades profissionais e de seu reconhecimento como bom profissional.

Essa autonomia está diretamente relacionada à capacidade do soldado, após conclusão do CFSd, tomar decisões adequadas e imediatas. Ela será adquirida pelo soldado a partir do momento que as informações que receba em seu CFSd, representem um valor e tenham um significado para o desempenho de sua atividade profissional.

Machado (2004, p. 123) assertivamente escreve que “as informações circulam, são comunicadas, são ouvidas, lidas, passadas adiante, mas são por natureza efêmeras e fragmentadas.” Ou seja, demonstrar aos alunos do CFSd a importância de conhecimento para as tomadas de decisões, portanto para a autonomia profissional, não pode estar somente no contexto da sala de aula, deve ultrapassar as paredes e chegar à realidade que eles encontrarão.

Essa demonstração é fundamental para que a resiliência seja fortalecida no futuro soldado, capacitando-o a perceber-se capaz autonomamente (“eu posso”), a partir do momento que enfatizamos esse “fator resiliente” de Grotberg³⁶ (*apud* MELILLO; OJEDA, 2005, p. 16). Os outros “fatores resilientes”, “eu tenho”, “eu sou” e “eu estou” de Grotberg (*ibidem*), foram também identificados e percebidos no *corpus*. Assim como esses, os “pilares da resiliência” de Melillo (2005, p. 17) também se fizeram presentes. “Independência, capacidade de se relacionar, iniciativa, humor, criatividade, moralidade e auto-estima consistente” (*ibidem*) apareceram evidentemente durante a análise do *corpus*.

Como podemos perceber, no quadro 14, onde realizamos uma correlação entre as perguntas 11 e 12, verificamos que existem instrutores que possuem conhecimento superficial do significado do termo/construto resiliência e que demonstraram saber identificar ocorrências em que agiram de forma a evidenciá-la, como podemos ver em Alfa que alega que a resiliência “é a capacidade de superação de obstáculos frente a situações críticas”, ao mesmo tempo em que relata uma ocorrência de acidente de trânsito com a morte de uma família onde foi necessária a atuação dos PMs que ali estavam.

³⁶ GROTBORG, Edith Henderson. Introdução: novas tendências em resiliência. In: MELILLO, Aldo; OJEDA, Elbio Nestor Suárez (Org.). *Resiliência: descobrindo as suas próprias fortalezas*. Tradução: Valério Campos. Consultoria, supervisão e revisão técnica: Sílvia Helena Koller. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Há outros relatos similares que nos levam a perceber que a resiliência, mesmo sendo conhecida de forma empírica pelos instrutores, é salientada e fortalecida através de exemplos positivos que esses relatam a seus alunos soldados durante o transcorrer de suas cargas horárias.

Como a pergunta sobre o tema ficou de forma ampla, ou seja, o que você (instrutor) entende por resiliência?, os sujeitos puderam externalizar quais representações tinham sobre a palavra, dessa forma, assim como tivemos algumas respostas que demonstraram conhecimento superficial, houve uma em que o sujeito se reportou ao conceito utilizado na Física, fazendo uma analogia própria para identificar o comportamento humano resiliente, ou seja escreveu que *“o termo é utilizado para definir um material que ao sofrer impacto tem uma grande capacidade de resistência elástica de retornar ao seu ‘estatus quo’.* Utilizando uma analogia acredito que tudo gira em torno do bom senso”, entretanto ao discorrer sobre sua ocorrência Fox nos deixa claro que atuou de forma resiliente ao resolver uma situação de negociação com manifestantes que exigiam a confecção de uma lombada, sem que necessitasse utilizar de força contrária para isso.

Jouliet por sua vez não responde à pergunta sobre resiliência, mas nos relata uma ocorrência de roubo e estupro onde o pai das vítimas, após tentar agredir o autor dos crimes também foi preso por porte ilegal de arma de fogo.

Percebemos assim que cabe aos PMs uma responsabilidade muito grande em agir adequadamente frente a situações adversas, na flagrância dos fatos, no flagrante delito, e para que essas ações sejam coroadas de decisões assertivas se faz necessário a evidencia da resiliência durante sua formação profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notadamente a Polícia Militar é uma instituição importantíssima da sociedade. No caso do Estado do Paraná, a Polícia Militar do Paraná (PMPR) é um dos “atores principais” da história do próprio Estado. As atividades de controle da sociedade são tão importantes para uma sociedade que a sua ausência ou mesmo a sua não atividade provoca uma sensação de medo, agonia e insegurança na população. A prova real disso nos foi apresentada em Minas Gerais, no ano de 2004, quando as polícias civil e militar protagonizaram um movimento grevista.

Para suprir a necessidade momentânea, criada pela ausência das forças públicas constitucionalmente responsáveis para tal mister, soldados do Exército Brasileiro foram deslocados a Belo Horizonte, com a tentativa de propiciar a sensação segurança aos moradores da capital mineira. Tal atitude deixou a população local dividida, como cita Cheim³⁷ (*apud* BARROS, 2006, p.139): “Havia jipes de guerra nas ruas, soldados fortemente armados e usando roupas camufladas. Apesar do cenário de soldados do exército assustar a população [!], acabou sendo uma medida aceita como alternativa à insegurança.”

O “assustar a população” (*ibidem*) está diretamente relacionado à formação do soldado do Exército. Uma formação voltada básica e estritamente para um militar, não para um policial. Uma formação militar voltada para dentro da caserna e não para uma atividade de policial-militar (PM) que atende diuturnamente à comunidade.

Aparece aí claramente a necessidade da formação PM atender a necessidades importantes, que possam atingir vários objetivos, desde o interesse e a imagem das instituições PMs ao pleno desenvolvimento do cidadão e ser-humano PM, com qualidade de vida. Dessa forma, o tema desta pesquisa é de suma importância vez que “está de alguma forma ligado a uma questão crucial que polariza ou afeta um segmento substancial da sociedade.” (CASTRO, 1978?, p. 56).

Deixamos bastante claro no bojo desta pesquisa, que a alavanca propulsora para o início e o término dessa dissertação, tem sua origem na percepção vivencial

³⁷ CHEIM, Susy Laguárdia. Ética, visibilidade e notícia: análise da cobertura do movimento grevista das polícias militar e civil em 2004. In: BARROS, Lúcio Alves de (Org.). Polícia em movimento. Belo Horizonte: Aspra, 2006.

desse autor, através das experiências profissionais adquiridas ao longo de dezesseis anos de atividade profissional.

A importância da temática vai além da percepção de Castro, como citamos acima, encontra afinidade na necessidade de uma melhora na qualidade da formação do PM percebida e vivida por esse autor, que encontra respaldo nas palavras de Alves (1991, p. 55): “não se pode, no processo de investigação, deixar de valorizar a imersão do pesquisador no contexto, em interação com os participantes, procurando aprender o significado por eles atribuído aos fenômenos estudados.”

Associado a essa necessidade de melhoria na formação do soldado PM se apresenta a esse autor a palavra resiliência e, junto a ela, seus vários significados, chegando a ser designada como “resiliências”. (RAVAZZOLA³⁸ *apud* MELILLO; OJEDA, 2005, p.73)

Assim surge a questão norteadora dessa pesquisa: o currículo do Curso de Formação de Soldados (CFSd) da PMPR contempla, além de uma formação técnica, a formação e a vivência em valores, necessários para o desenvolvimento da resiliência?

De forma clara, precisa e concisa dizemos que sim. Para validarmos essa afirmativa explanaremos as percepções adquiridas ao longo desse trabalho acadêmico.

Inicialmente trabalhamos com duas hipóteses. A primeira de que o currículo do CFSd está estruturado enfatizando a formação técnica em detrimento à formação moral. A segunda de que o currículo do CFSd, aliado à formação moral própria do soldado, propicia o desenvolvimento da resiliência às transgressões às normas profissionais e sociais.

Após o desenvolvimento desta pesquisa podemos afirmar que o currículo do CFSd, por si só, contempla a formação técnica, existindo como fator confirmativo disso as justificativas dos instrutores, que através da coleta de dados, demonstraram a preocupação em transmitir as informações técnicas profissionais necessárias ao pleno desempenho das atividades profissionais do futuro profissional de segurança pública.

³⁸ RAVAZZOLA, Maria Cristina. Resiliências familiares. In: MELILLO, Aldo; OJEDA, Elbio Nestor Suárez (Org.). Resiliência: descobrindo as suas próprias fortalezas. Tradução: Valério Campos. Consultoria, supervisão e revisão técnica: Sílvia Helena Koller. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Também podemos afirmar que há uma preocupação além, ou seja, a formação e a vivência de valores que, além de serem requisitos vão contribuir para o desenvolvimento da resiliência. Percebemos isso ao analisarmos o *corpus* e percebermos que existem pontos nítidos da presença de valores, de fatores resilientes e de pilares da resiliência nos planos de matérias (PLAMAs) e nas justificativas apresentadas nos documentos de coletas de dados.

Ressaltamos também que depois de cumpridos os objetivos propostos conseguimos identificar, através da análise do *corpus*, que os instrutores do CFSd, apesar de não terem conhecimento científico do construto resiliência, facilitam e propiciam a obtenção e a vivência de fatores e pilares resilientes que ajudarão para o desenvolvimento da resiliência no soldado da PMPR, ou a possibilidade desse desenvolvê-la em caso de necessidade, vemos aqui a necessidade de mensurarmos a afirmação de Luiz (2008) de que:

Imprimir uma nova cultura ao processo de formação de novos policiais não significa apenas fazer individualmente descobertas originais; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto, transformá-las em bases de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral, que são ensinamentos básicos para o novo policial. (LUIZ, 2008, p. 87)

Entendemos ainda, lembrando que Barlach (2005, p.100), ao re-conceituar resiliência nos propõe que esta “é uma condição interna (não observável, a não ser em seus efeitos) constatada numa demanda de adaptação do indivíduo frente a uma situação excepcionalmente adversa [...]”.

Lembramos também que todos os pilares da resiliência são possíveis de serem desenvolvimentos pelo ser-humano, até mesmo o de criatividade, pois segundo Stolz-Scheleder:

O homem possui a possibilidade de vir a desenvolver seu poder criador.[...] A situação existencial do indivíduo no contexto, traduzida pela sua inteligência, necessidades[!] e emoções, possibilita maior ou menor desenvolvimento dessa criatividade que difere da de talento especial. (STOLZ-SCHELEDER, 1999, p. 79-80)

Apesar do conhecimento do construto resiliência, como já citamos, não ser de domínio total por parte dos instrutores, percebemos que seus comportamentos como educadores fazem com que os pilares e os fatores resilientes sejam fortalecidos durante suas aulas.

Esta pesquisa nos apresentou descobertas e evidências, mas também nos presenteou com várias dúvidas e questionamentos que ficam para um futuro, como por exemplo: há eficácia e eficiência nessa ênfase à formação técnica? A resiliência evidenciada na formação moral poderá levar à aplicação consciente da mesma? Seria uma solução para os problemas de saúde mental apresentados pelos PMS, da PMPR, o conhecimento enfático da resiliência? O elevado uso de substância psicoativas de abuso por PMS poderia ser minimizada com o conhecimento explícito da resiliência?

O final nos deixa bastante claro que para a existência de um enfrentamento da situação atual urge que nos coloquemos em campo em prol de uma formação PM mais apurada e mais atualizada, visto que os modelos curriculares que analisamos são obsoletos quanto a identidade de um profissional competente de segurança pública.

Percebemos a necessidade de que conteúdos que trabalhem o ser-humano PM sejam acrescentados e trabalhados no CFSd. Afinal de contas o PM trabalha com diversas situações adversas que o deixam à mercê de situações pessoais de conflito e insegurança. Capacita-lo a trabalhar essa necessidade de enfrentamento é o mínimo que devemos, como instituição PM, fazer.

Milani relata que:

É o paradigma da *cultura de paz* que propõe mudanças inspiradas em valores como justiça, diversidade, respeito e solidariedade, por parte de indivíduos, grupos, instituições e governos. Os defensores dessa perspectiva compreendem que promover transformações nos níveis *macro* (estruturas sociais, econômicas, políticas e jurídicas) e *micro* (valores pessoais, atitudes e estilos de vida, relações interpessoais) não são processos excludentes e sim complementares. Esse modelo enfatiza a viabilidade de se reduzir os níveis de violência através de intervenções fundamentadas na educação [!], saúde, participação cidadã e melhoria da qualidade de vida. “ (MILANI³⁹ *apud* MILANI; JESUS, 1999, p. 38).

Corroboramos desse pensamento. As mudanças são necessárias e urgentes. No indivíduo PM e na PMPR. A evidência de fatores éticos, morais e humanos devem estar presentes de forma direta, evidente e tácita na formação do PM.

Para o PM o conceito de resiliência na sua formação deve ir além da capacidade que tem o colete balístico de elasticidade para evitar que um projétil o

transfixie. O conceito de resiliência para um PM deve estar dentro de si, deve ser significativo, presente, externalizável, utilizado e vivido quando assim necessitar.

E esse é o desejo dos instrutores que atuam no CFSd. É um bom começo mas precisamos avançar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-FILHO, Naomar. COUTINHO, Denise. Causalidade, contingência, complexidade: o futuro do conceito de risco. Physis:Revista Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 95-137, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a07.pdf>>. Acesso em: 27/02/2008.

ALVES, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. Caderno de Pesquisa, São Paulo: vol. 77, 53-61, 1991.

ASINELLI-LUZ, Araci. Educação e prevenção ao abuso de drogas: limites e possibilidades. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ASINELLI-LUZ, Araci; LUZ, Gastão Octávio Franco da. Manual de apoio às atividades em pesquisa. Curitiba, 1999. Documento não publicado.

ASSIS, Simone Gonçalves de; PESCE, Renata Pires; AVANCI, Joviana Quintes. Resiliência: enfatizando a proteção do adolescente. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Direitos humanos: coisa de polícia. 3. ed. rev. e amp. Passo Fundo: CAPEC, 2003.

BARLACH, Lisete. O que é resiliência humana: uma contribuição para a construção do conceito. 108 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARROS, Lúcio Alves de (Org.). Polícia em movimento. Belo Horizonte: Aspra, 2006.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). Pesquisa qualitativa com texto, som e imagem: um manual prático. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: vozes, 2002. Tradução de: Qualitative Researching With Text, Image and Sound.

BIGHELINI, Karine. Resiliência: o comportamento dos vencedores. Disponível em: <http://www.coletiva.net/artigo.Detalhe.hpp?idArtigo=1162>. Acesso em: 22/08/2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CASTRO, Cláudio de Moura. A prática da pesquisa. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978?.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; KOLLER, Silvia Helena; YUNES, Maria Angela Mattar. Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

DELVAL, Juan. Manifesto por uma escola cidadã. Tradução: Jonas Pereira dos Santos. Campinas: Papirus, 2006.

DIAS NETO, Theodomiro. Policiamento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência norte-americana. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KOLLER, Silvia H. Resiliência e vulnerabilidade em crianças que trabalham e vivem na rua. Porto Alegre: UFRS, 1997.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução: Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Revisão técnica e adaptação da obra: Lana Mara Siman. Porto Alegre: Artmed, 1999. Tradução de: La construcción des savoirs: manuel de méthodologie em sciences.

LUIZ, Ronilson de Souza. O currículo de formação de soldados da Polícia Militar frente às demandas democráticas. 138 f. Dissertação: (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. Educação Policial-Militar: Necessidades, Práticas e a Matriz Curricular Nacional. 162 f. Tese: (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MARIANO, Benedito Domingos; FREITAS, Isabel (Org.). Polícia: desafio da democracia brasileira. Porto Alegre: Corag, 2002.

MACHADO, Nilson José. Conhecimento e valor. São Paulo: Moderna, 2004.

MELILLO, Aldo; OJEDA, Elbio Nestor Suárez (Org.). Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas. Tradução: Valério Campos. Consultoria, supervisão e revisão técnica: Sílvia Helena Koller. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MILANI, Feizi Masrour; JESUS, Rita de Cássia Pereira de (Org.). Cultura da Paz: estratégias, mapas e bússolas. Salvador: INPAZ, 2003.

PIAGET, Jean. Para onde vai a educação? Tradução: Ivette de Braga. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

PINHEIRO, Débora Patrícia Nemer. A resiliência em discussão. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 9, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 11/04/2006.

PLACCO, Vera Maria de Souza (Org.). Psicologia e educação: revendo contribuições. São Paulo: Educ, 2002.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim-Geral nº 022. Curitiba: PMPR, 2006.

SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SALVADOR, César Coll. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. Metodología de la investigación. 2. ed. México: McGraw Hill, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

STOLZ-SCHLEDER, Tania. Capacidade de criação: introdução. Petrópolis: Vozes, 1999.

TAVARES, José (Org.). Resiliência e educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento comunitário: como começar. Tradução: Mina Seinfeld de Carakushansky. 2. ed. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1994. Tradução de: Community Policing: how to get started.

UNGAR, M. Resilience across cultures. British Journal of Social Work, v. 38, 218-235, 2008.

VALLA, Wilson Odirley. Deontologia policial-militar: ética profissional para os cursos de formação, aperfeiçoamento de oficiais e superior de polícia militar. Curitiba: AVM, 2000.

VARGAS, Heber Soares. Repercussões do álcool e do alcoolismo. 2. ed. São Paulo: Byk, 1988.

VENDRUSCULO, Dulce Maria Silva; MANZOLLI, Maria Cecília. O currículo na e da enfermagem: por onde começar e recomeçar. Revista Latino-Americana de Enfermagem, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 55-70, 1996. disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11691996000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08/06/2008.

YUNES, Maria Ângela Mattar. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 8, n. esp, p. 75-84, 2003. Disponível em: <<http://scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 11/04/2006.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

ALVES, Alda Judith. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. São Paulo: Caderno de Pesquisa, 1992.

APPOLINÁRIO, Fábio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

BECKER, Lauro da Silva. Elaboração e apresentação de trabalhos de pesquisa: no ensino médio na graduação na pós-graduação. Blumenau: Acadêmica, 1999.

BONDARUK, Roberson Luiz. O império das casas abandonadas: crianças e adolescentes “de rua” e a polícia. Curitiba: Editora Champagnat, 2005.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza. 19. ed. 1. reimp. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997.

KOLOGY, Helena. Helena de Curitiba: poemas selecionados. Curitiba: Positivo, 2005.

KUDE, Vera Maria Moreira. Como se faz um projeto de pesquisa qualitativa em psicologia. Porto Alegre: Revista Semestral do Instituto de Pesquisa da PUC-RS, 1997.

MENIN, Maria Suzana de Stefano. Representações sociais de lei, crime e injustiça em adolescentes. Campinas: Fapesp, 2005.

MUSEU HISTÓRICO DA PMPR: Parte 1. Disponível em <<http://10.47.1.19/PMPR/em/museu/museu.htm>>. Acesso em: 15/08/2007.

MUSEU HISTÓRICO DA PMPR: Parte 2. Disponível em <<http://10.47.1.19/PMPR/em/museu/museu1.htm>>. Acesso em: 14/08/2007.

RIDLEY, Matt. As origens da virtude: um estudo biológico da solidariedade. Tradução: Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2000. Tradução de: The origins of virtue.

TITANIC. Direção de James Cameron. Hollywood: Twentieth Fox e Paramount Pictures, 1997. 2 DVD (106 min / 88 min), color.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. Projetos. Curitiba: UFPR, 2007. (Normas para apresentação de documentos, 1)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. Teses, dissertações, monografias e outros trabalhos acadêmicos. Curitiba: UFPR, 2007. (Normas para apresentação de documentos, 2)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. Citações e notas de rodapé. Curitiba: UFPR, 2007. (Normas para apresentação de documentos, 3)

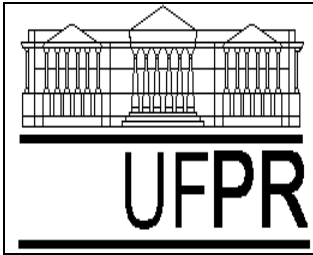
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. Referências. Curitiba: UFPR, 2007. (Normas para apresentação de documentos, 4)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. Redação e editoração. Curitiba: UFPR, 2007. (Normas para apresentação de documentos, 9)

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário	95
Apêndice B – Termo de consentimento livre e esclarecido	98

Apêndice A – Questionário



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO

Código do sujeito: _____

Perfil do sujeito:

Sexo: () masculino

Sexo:	() Masculino	() Feminino
Idade:		
Posto:		
Tempo de PM:		
Tempo como instrutor:		

1. A disciplina ministrada curricularmente no CFSd está na área de ensino?

() Fundamental	() Instrumental	() Operacional
-----------------	------------------	-----------------

2. A carga horária da disciplina ministrada é suficiente para trabalhar o conteúdo programático curricular?

() Sim	() Não
---------	---------

Justifique:

3. A carga horária da disciplina ministrada propicia a possibilidade de serem trabalhados, além do conteúdo programático técnico, assuntos que contribuam para uma formação moral, baseada em valores?

() Sim	() Não
---------	---------

Justifique:

4. Você procura demonstrar ao Aluno do CFSd a necessidade de aprender os conteúdos para que possa resolver as ocorrências policiais militares, tomando decisões adequadas e imediatas?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

Justifique:

5. Você procura demonstrar ao Aluno do CFSd a importância de ter autoconfiança para tomar as decisões em suas atividades profissionais?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

Justifique:

6. Você procura demonstrar ao Aluno do CFSd o respeito aos outros como um dever no atendimento de ocorrências policiais militares e no desenvolvimento de suas atividades profissionais?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

Justifique:

7. Você procura demonstrar ao Aluno do CFSd o auto-respeito como um dever da pessoa e do profissional?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

Justifique:

8. Você procura demonstrar ao Aluno do CFSd que todos os atos tomados durante o desenvolvimento da atividade como profissional de segurança pública é de sua própria responsabilidade?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

Justifique:

9. Você procura demonstrar ao Aluno do CFSd a importância da iniciativa, para atender as solicitações de segurança pública, com ações positivas frente à sociedade que venha a proteger?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

Justifique:

10. Você procura demonstrar ao Aluno do CFSd que resolver as questões de segurança pública da sociedade deverá buscar ajuda quando sentir necessidade?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

Justifique:

11. O que você entende por resiliência?

12. Relate objetivamente alguma ocorrência policial militar que você atendeu tomando decisões adequadas (técnica, ética, legal e moralmente) apesar das pressões e adversidades encontradas.

Coleta de dados realizada em data de ____/____/____.

Local da coleta: _____

Início: _____ horas _____ minutos

Término: _____ horas _____ minutos

Responsável pela entrevista: Luciano Blasius – Mestrando em Educação.

Apêndice B – Termo de consentimento livre e esclarecido
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

- a) Você, policial militar, instrutor do Curso de Formação de Soldados, que ocorreu na Academia Policial-Militar do Guatupê, está sendo convidado a participar de um estudo intitulado “A Resiliência como Prevenção na Formação do Policial Militar”. É através das pesquisas clínicas que ocorrem os avanços importantes em todas as áreas, e sua participação é fundamental.
- b) O objetivo desta pesquisa é enfatizar de forma preventiva a resiliência como fator de proteção na formação do soldado da Polícia Militar do Paraná.
- c) Caso você participe da pesquisa, será necessário participar de uma entrevista individual e responder a um questionário semi-estruturado.
- d) Os riscos que envolvem a sua participação na pesquisa estão diretamente relacionados às questões afetas à sua formação, baseadas na disciplina e hierarquia. Evidenciamos que há autorização expressa do Comandante-Geral da PMPR autorizando a realização da pesquisa e que a todos os sujeitos envolvidos será garantido o sigilo quanto à sua identidade.
- e) Para tanto você deverá identificar a este pesquisador qual o local físico que você se sentirá melhor para que ocorra a entrevista para a resposta ao questionário semi-estruturado, o qual terá a duração de aproximadamente sessenta minutos.
- f) Contudo os benefícios esperados são:
 - f) 1) a identificação da resiliência como fator de proteção na formação do soldado da PMPR;
 - f) 2) a obtenção da representação do conceito de resiliência por parte dos instrutores do Curso de Formação de Soldados, na PMPR.
- g) O pesquisador Luciano Blasius, Mestrando em Educação, 1º Ten QOPM da PMPR, atualmente prestando serviços junto ao 20º Batalhão de Polícia Militar, sito à Rua Paulo Setúbal, nº. 3030, Boqueirão, Curitiba Paraná, telefone comercial 0xx41 32767477, residente à Rua Eugênio Parolin 346, celular 0xx41 99880110, endereço eletrônico lucianoblasius@yahoo.com.br ou blasius@pm.pr.gov.br que poderá ser contatado nos endereços, telefones ou endereços eletrônicos, a qualquer momento é o responsável pela pesquisa e poderá esclarecer eventuais dúvidas a respeito desta pesquisa.

- h) Estão garantidas todas as informações que você queira, antes durante e depois do estudo.
- i) A sua participação neste estudo é voluntária. Você tem a liberdade de se recusar a participar ou, se aceitar participar, retirar seu consentimento a qualquer momento.
- j) Qualquer informação que for divulgada em relatório ou publicação será feito sob forma codificada, para que a **confidencialidade** seja mantida.
- k) A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo a pesquisa termine, as fitas serão destruídas.
- l) Todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa, como material de consumo, papéis, fitas, transporte e outros não são da sua responsabilidade.
- m) Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro.
- n) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome e sim um código.

Eu, _____ li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo da pesquisa da qual fui convidado a participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios da pesquisa. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento sem justificar minha decisão. Eu entendi que existe a autorização do Comandante-Geral da PMPR para a realização da pesquisa.

Eu concordo voluntariamente em participar desta pesquisa.

(Assinatura do sujeito de pesquisa ou responsável legal)

_____, ____/____/____
(Local e data)

ANEXO

Anexo A – Termo de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas	101
Anexo B – Currículo do curso de formação de soldados	102
Anexo C – Currículo do curso de formação de soldados distinção de disciplinas	103
Anexo D – Fundamentos de polícia comunitária	104
Anexo E – Pronto socorrismo	111
Anexo F – Educação física militar	115
Anexo G – Técnicas de abordagem	122
Anexo H – Informática	126
Anexo I – Policiamento ambiental	129
Anexo J – Defesa civil	135
Anexo K – Gerenciamento de crises	139
Anexo L – Direitos humanos e cidadania	144

Anexo A – Termo de aprovação da pesquisa no Comitê de Ética

Anexo B – Currículo do curso de formação de soldados

CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS-MILITARES

ÁREA DE ENSINO	Nº.	DISCIPLINAS CURRICULARES	C/H
FUNDAMENTAL		MISSÃO POLICIAL	
	1	FUNDAMENTOS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA	20
	2	ABORDAGEM SÓCIO-PSICOLÓGICA DA VIOLÊNCIA	10
	3	DEONTOLOGIA POLICIAL-MILITAR	15
		TÉCNICA APLICADA	
	4	ARMAMENTO	20
	5	TIRO POLICIAL	60
	6	DEFESA PESSOAL	40
	7	PRONTO SOCORRISMO	20
		CULTURA JURÍDICA APLICADA	
	8	DIREITO CONSTITUCIONAL	20
	9	DIREITO PENAL E PENAL MILITAR	40
	10	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	20
	11	LEGISLAÇÃO ESPECIAL	30
		SAÚDE DO POLICIAL	
	12	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR	40
		EFICÁCIA PESSOAL	
13	PROCEDIMENTOS EM OCORRÊNCIAS	20	
14	GERENCIAMENTO DE CRISES	20	
	LINGUAGEM E INFORMAÇÃO		
15	INFORMÁTICA	10	
16	REDAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS	10	
17	TELECOMUNICAÇÕES	15	
TOTAL – FUNDAMENTAL			410
INSTRUMENTAL	18	ORDEM UNIDA	40
	19	HISTÓRIA DA PMPR	10
	20	LEGISLAÇÃO POLICIAL-MILITAR	40
	21	PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS	20
	22	DEFESA CIVIL	10
TOTAL – INSTRUMENTAL			120
OPERACIONAL	23	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL	40
	24	POLICIAMENTO AMBIENTAL	10
	25	POLICIAMENTO DE TRÂNSITO	30
	26	TÉCNICAS DE ABORDAGEM	40
	27	TÁTICAS PARA CONFRONTOS ARMADOS	30
	28	OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS	20
TOTAL – OPERACIONAL			170
CARGA HORÁRIA CURRICULAR			700
COMPLEMENTAR	ESTÁGIO SUPERVISIONADO		60
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			760

Anexo C – Currículo do curso de formação de soldados distinção de disciplinas

CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS-MILITARES

ÁREA DE ENSINO	Nº.	DISCIPLINAS CURRICULARES	C/H
FUNDAMENTAL		MISSÃO POLICIAL	
	1	FUNDAMENTOS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA	20
	2	ABORDAGEM SÓCIO-PSICOLÓGICA DA VIOLÊNCIA	10
	3	DEONTOLOGIA POLICIAL-MILITAR	15
		TÉCNICA APLICADA	
	4	ARMAMENTO ♦	20
	5	TIRO POLICIAL ♦	60
	6	DEFESA PESSOAL ♦	40
	7	PRONTO SOCORRISMO ♦	20
		CULTURA JURÍDICA APLICADA	
	8	DIREITO CONSTITUCIONAL	20
	9	DIREITO PENAL E PENAL MILITAR	40
	10	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	20
	11	LEGISLAÇÃO ESPECIAL	30
		SAÚDE DO POLICIAL	
	12	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR ♦	40
		EFICÁCIA PESSOAL	
13	PROCEDIMENTOS EM OCORRÊNCIAS	20	
14	GERENCIAMENTO DE CRISES	20	
	LINGUAGEM E INFORMAÇÃO		
15	INFORMÁTICA ♦	15	
16	REDAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS ♦	10	
17	TELECOMUNICAÇÕES	10	
TOTAL – FUNDAMENTAL			410
INSTRUMENTAL	18	ORDEM UNIDA ♦	40
	19	HISTÓRIA DA PMPR	10
	20	LEGISLAÇÃO POLICIAL-MILITAR	40
	21	PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS ♦	20
	22	DEFESA CIVIL	10
TOTAL – INSTRUMENTAL			120
OPERACIONAL	23	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL	40
	24	POLICIAMENTO AMBIENTAL ♦	10
	25	POLICIAMENTO DE TRÂNSITO ♦	30
	26	TÉCNICAS DE ABORDAGEM ♦	40
	27	TÁTICAS PARA CONFRONTOS ARMADOS ♦	30
	28	OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS ♦	20
TOTAL – OPERACIONAL			170
CARGA HORÁRIA CURRICULAR			700
COMPLEMENTAR	ESTÁGIO SUPERVISIONADO		60
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			760

LEGENDA

- DISCIPLINAS INICIAIS
- DISCIPLINAS INTERMEDIÁRIAS
- DISCIPLINAS FINAIS
- ♦ DISCIPLINAS COM MONITORIA

Anexo D - Fundamentos de polícia comunitária

Anexo E – Pronto socorrismo

Anexo F – Educação física militar

Anexo G – Técnicas de abordagem

Anexo H – Informática

Anexo I – Policiamento ambiental

Anexo J – Defesa civil

Anexo K – Gerenciamento de crises

Anexo L – Direitos humanos e cidadania

